Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PERÍODO
PLANO PLURIANUAL 2008-2011

Brasília / DF
Julho/2012

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 3

SUMÁRIO EXECUTIVO ..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

OBJETIVO DE GOVERNO 6

OBJETIVOS SETORIAIS DO MAPA 6

1) AUMENTAR A PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NÃO-ALIMENTARES E NÃO-ENERGÉTICOS 6

2) AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA AGROENERGIA NA MATRIZ ENERGÉTICA 7

3) GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR 7

4) IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS POR MEIO DO AGRONEGÓCIO 7

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS 7

1) AUMENTAR A PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NÃO-ALIMENTARES E NÃO-ENERGÉTICOS 7

2) AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA AGROENERGIA NA MATRIZ ENERGÉTICA 10

3) GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR 13

4) IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS POR MEIO DO AGRONEGÓCIO 18

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA DO MAPA 29

PROGRAMA: ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR 29

PROGRAMA: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO 36

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA 42

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA 43

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL 46

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO 54

PROGRAMA: MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO 57

PROGRAMA: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL 61

PROGRAMA: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO 65

PROGRAMA: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS 73

PROGRAMA: SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA 77

PROGRAMA: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS 84

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA 88

APRESENTAÇÃO

O Brasil vem se consolidando, cada vez mais, como um dos maiores produtores e fornecedores de alimentos e fibras vegetais para o mundo. A combinação de fatores como: capacidade empreendedora, altos investimentos em pesquisa, infra estrutura, tecnologia e regulação de sanidade e qualidade dos produtos tem permitido o grande sucesso das negociações internacionais com os diversos blocos econômicos.

Além disso, o cenário do agronegócio nacional e internacional tem demonstrado grande dinamismo e as perspectivas de crescimento são constantes. Assim o setor agropecuário tem sido o responsável por parte da evolução da economia brasileira e, consequentemente, demandando esforço do Ministério em desempenhar com eficiência e eficácia o papel advindo de sua competência institucional.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento - MAPA tem como missão: **"promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em beneficio da sociedade brasileira"** buscando ser reconhecido pela agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

A Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008, que instituiu o Plano Plurianual de 2008/2011, regulamentada pelo Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008, atribuiu aos órgãos do Governo Federal a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob a sua responsabilidade.

No âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, o trabalho é fruto da participação das organizações dos agricultores, das instituições oficiais de crédito, e do Ministério da Fazenda na formulação das políticas públicas e tem como resultado as atividades realizadas de forma conjunta entre os gerentes dos Programas, as equipes técnicas responsáveis e a Unidade de Monitoramento e Avaliação- UMA.

A elaboração deste relatório tem como principal finalidade a divulgação, à sociedade brasileira, aos dirigentes e técnicos do PPA, os resultados obtidos pelas Políticas Públicas implementadas pelo MAPA no espaço plurianual 2008/2011, contribuindo para que os produtos agropecuários gerados no País viessem competir, com a qualidade exigida pelos mercados nacional e internacional.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A execução orçamentária do Plano Plurianual 2008-2011 sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA encontra-se demonstrado no quadro-I a seguir e o quadro-II apresenta a distribuição dos recursos orçamentários agregados por Programa para o período do PPA 2008-2011.

I-Valores Anuais do Orçamento do PPA 2008-2011

ANOS	PREVISTO*	REALIZADO**	REALIZADO (%DO PREVISTO)
2008	10.320.392.906,00	5.981.141.762,00	57,95
2009	12.288.587.310,00	7.370.231.993,73	59,98
2010	13.379.423.439,00	5.755.627.204,54	43,02
2011	11.499.894.109,00	5.126.011.458,21	44,57
TOTAL	47.488.297.764,00	24.233.012.418,48	51,03

Fonte: SIGPLAN/MP
* LOA+créditos
** Liquidado

II - Distribuição do Total do Orçamento por Programa para o período 2008-2011:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	Total do Período 2008-2011		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira	10.656.843.327,00	7.295.486.513,79	68,46
	0352 - Abastecimento Agroalimentar	27.387.859.909,00	12.732.694.994,61	46,49
	0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	337.332.907,00	253.495.414,46	75,15
	0357 - Segurança da Sanidade na Agropecuária	846.472.961,00	458.029.205,80	54,11
	0362 - Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	137.248.296,00	68.005.909,10	49,55
	0365 - Minimização de Riscos no Agronegócio	1.429.192.468,00	1.024.475.915,38	71,68
	0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	98.154.405,00	59.956.331,43	61,08
	1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	1.442.576.163,00	823.877.594,80	57,11
	1161 - Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social	129.281.521,00	59.978.793,29	46,39
	1409 - Desenvolvimento da Agroenergia	1.254.541.383,00	690.679.944,49	55,05
	1437 - Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional	21.360.469,00	15.216.299,43	71,24
	1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	126.522.452,00	36.642.415,14	28,96
	6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	3.333.825.962,00	541.770.566,24	16,25
Finalístico (total)		47.201.212.223,00	24.060.309.897,96	56,12

Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0360 - Gestão da Política Agropecuária	287.085.541,00	172.702.520,52	60,16
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (total)		287.085.541,00	172.702.520,52	60,16
Total Global		47.488.297.764,00	24.233.012.418,48	51,03

* Valores Executados (liquidado)
Fonte: SIGPLAN/MP

OBJETIVO DE GOVERNO

Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.

OBJETIVOS SETORIAIS DO MAPA

As estratégias do Mapa, constantes no seu Plano Estratégico, estão representadas no PPA 2008-2011 por meio dos Objetivos Setoriais, Programas e Ações.

Os Objetivos Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no PPA 2008-2011 coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico do Ministério. Eles são:

1) AUMENTAR A PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NÃO-ALIMENTARES E NÃO-ENERGÉTICOS

Aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades dessas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo *in natura* quanto para a produção de bens processados. São exemplos dessas matérias-primas e produtos: borracha, madeira, fumo, couro, algodão, flores, fibras e celulose.

2) AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA AGROENERGIA NA MATRIZ ENERGÉTICA

Garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

3) GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR

Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida.

4) IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS POR MEIO DO AGRONEGÓCIO

Participar do desenvolvimento do País, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam positivamente a balança comercial brasileira.

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS

Na avaliação do alcance dos objetivos setoriais serão utilizados os indicadores de desempenho associados a cada um destes objetivos em uma avaliação quantitativa, que será complementada por informações coletadas nas avaliações dos programas do PPA relativas ao período de 2008-2011. É importante ressaltar que os objetivos setoriais são transversais, podendo ser influenciados por um grande número de programas e ações do Ministério. Este relatório contempla todos os programas de responsabilidade do Mapa que contribuem para o alcance destes objetivos.

1) AUMENTAR A PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NÃO-ALIMENTARES E NÃO-ENERGÉTICOS

O objetivo setorial de aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos é buscado por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, bem como por várias outras ações do

Ministério. Este programa possibilita a geração de subsídios para a criação de um diagnóstico sobre os gargalos de infraestrutura, armazenagem, transporte, agroindustrialização e de promoção social, com a criação de emprego e renda.

Paralelamente ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM ampara vários produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, contribuindo positivamente para o alcance do objetivo setorial. Várias culturas têxteis e extrativistas são contempladas, podendo-se citar borracha, juta, malva, cera de carnaúba, piaçava (fibra), dentre outros.

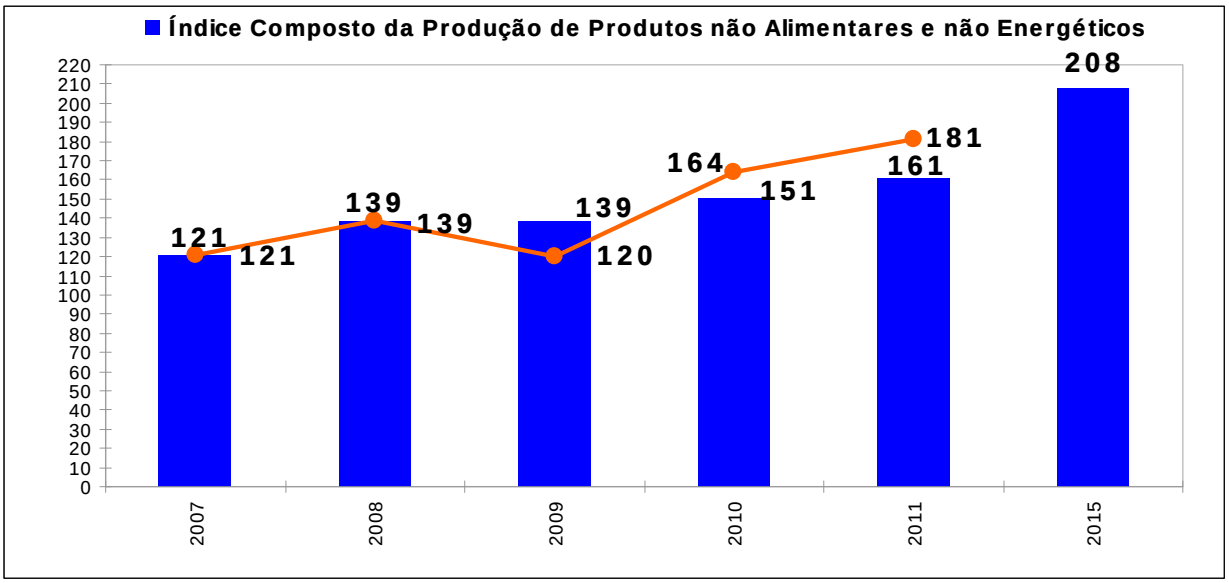
Também alinhado ao objetivo setorial está o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais – Moderagro, com recursos do BNDES, que apóia a floricultura, a sericicultura e a chinchilicultura. O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas – Propflora, outro programa de investimento, pode financiar o plantio de árvores visando o corte de madeiras para a indústria moveleira.

Finalmente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa também teve papel importante no alcance deste objetivo setorial. Isto se deu por meio de projetos como: sustentabilidade da cultura do sisal por meio do melhoramento genético; seleção e avaliação de espécies/variedades de flores tropicais em diferentes regiões brasileiras; melhoramento do algodoeiro para as condições de cerrado e semi-árido do Brasil; e caracterização e avaliação de espécies madeireiras para o Segundo Ciclo de Corte na Amazônia.

Indicador de desempenho associado a este objetivo setorial

O título do indicador de desempenho é “índice composto da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos”, e está apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1



Fonte: IBGE
*Dados de 2011 são preliminares

O acompanhamento da produção dos principais produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos sinaliza se as ações desenvolvidas para a manutenção de níveis adequados de abastecimento e preço destes produtos atendem ao que é preconizado neste objetivo estratégico.

O valor do índice no ano de 2007 ficou em 121%. Isso significa que o valor da produção dos produtos não-alimentares e não-energéticos daquele ano foi 121% maior que a média entre 2000 e 2003, período tomado como base. Em 2008, o valor do índice foi de 139%, um incremento de 14,8% em relação a 2007. Os principais produtos responsáveis pelo aumento no indicador foram o couro e as madeiras, que apesar de terem registrado queda na quantidade produzida entre 2007 e 2008, tiveram o valor da produção compensado pela valorização do produto. Além desses, o algodão e outras fibras também apresentaram queda na quantidade produzida e foram os únicos produtos a contribuir negativamente para a formação do índice, pois o preço não compensou a queda na produção.

O indicador medido em 2009 foi de 120%, o que significa que houve um aumento de 120% em relação à média de 2000 a 2003. Em 2010, o índice foi de 164%. Esse aumento é explicado pela elevação nos valores medidos para a borracha, a madeira e o algodão, que apresentaram incrementos de 67%, 19% e 19%, respectivamente, em relação a 2009. Dados preliminares de 2011 apontam para um indicador de 180%, com destaque para a borracha, que manteve preços em patamares elevados neste ano.

Os valores deste indicador de desempenho foram:

Indicador	Valor em 2007	Valor em 2008	Valor em 2009	Valor em 2010	Valor em 2011
Índice Composto da Produção de Produtos Não-alimentares e Não-energéticos	121	139	120	161	181*

Fonte: IBGE
*Dados preliminares
Fórmula do indicador (revista em relação a 2008):
(Val. da produção no ano X média do Val. da produção entre 2000 e 2003) / média do Val. da produção entre 2000 e 2003 * 100
Valor da produção do produto n = quantidade produzida x preço
Valor da produção no ano X = soma do valor da produção de n1, n1, n3, nx
n: nº de produtos

Programa Relacionado

a) Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (6003):

a.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

O programa apoiou crescentemente as demandas de infraestrutura, logística e agroindustrialização por meio do apoio a municípios e organizações associativas voltadas à produção agropecuária.

Apoiado fortemente por emendas parlamentares, o programa teve como principal demanda as patrulhas mecanizadas agrícolas. Como as Ações Orçamentárias sobre este programa abrangem especialmente o gargalo da infra-estrutura, buscou-se a ampliação da competitividade da produção agropecuária para produtos alimentares, não-alimentares, energéticos e não-energéticos, indistintamente, já que as questões de infra-estrutura possuem tal abrangência. Houve uma estratégia de sensibilização dos parlamentares para a ampliação das opções e gargalos e foram obtidas respostas qualitativas importantes e uma significativa expansão dos recursos para sua execução.

2) AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA AGROENERGIA NA MATRIZ ENERGÉTICA

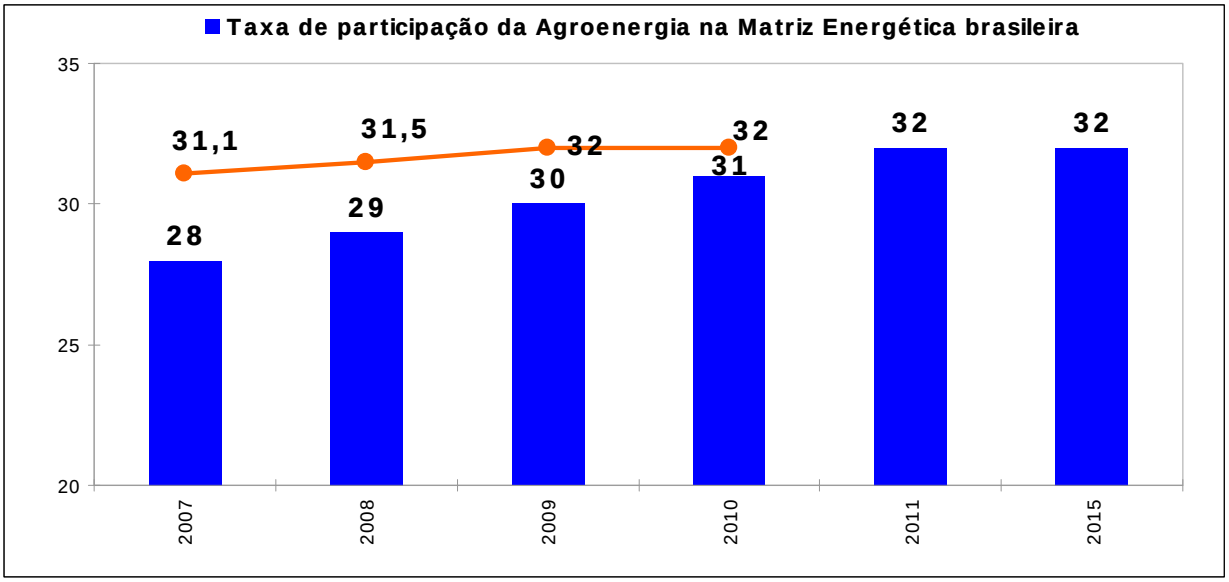
O aumento da participação da agroenergia na matriz energética deve-se a dois atores importantes: o setor público e o privado. O público é responsável por criar um mercado consumidor de biocombustíveis, por meio da sua mistura obrigatória na gasolina e no diesel, criação do mercado de eletricidade gerada por meio de biomassa, políticas de armazenamento de biocombustíveis, pesquisa,

desenvolvimento, difusão de tecnologia e cooperação internacional para o uso e comércio de biocombustíveis. O setor privado objetiva a expansão na produção, o aumento da produtividade e a ampliação do mercado consumidor de produtos agroenergéticos, tanto nacional como internacional.

Indicador de desempenho associado a este objetivo setorial

O indicador de desempenho associado é a "taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira", apresentada no Gráfico 2. Ele avalia os resultados obtidos, tanto pelo setor público quanto pelo privado, com as atividades e ações para a ampliação da participação da agroenergia na matriz energética.

Gráfico 2



Fonte: Balanço Energético Nacional 2010-EPE
*Valor de 2010 é estimativo. Dados oficiais da EPE deverão ser divulgados em 2012.

A taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira tem trajetória ascendente desde 2003, impulsionada por um conjunto de fatores, merecendo destaque: o lançamento dos veículos *flex-fuel*, que revitalizou o mercado doméstico de etanol hidratado; o aumento da eficiência energética de diversas usinas de açúcar e etanol, permitindo que ingressassem no mercado de energia elétrica; e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, que atingiu a meta de mistura obrigatória de 5% do biodiesel ao diesel mineral em janeiro de 2010. A

frota *flex-fuel* já ultrapassou a marca de 12 milhões de veículos, permitindo que o consumo de etanol combustível atingisse mais de 24 bilhões de litros em 2010.

Entretanto, os valores do indicador de desempenho mostraram uma trajetória decrescente e, apesar de ainda não terem sido publicados os dados para 2011, espera-se que participação relativa da agroenergia na matriz energética tenha um decréscimo no corrente ano, embora se espere um crescimento absoluto na oferta de energia proveniente da agricultura.

Dados preliminares com base nos leilões de biodiesel promovidos pela ANP mostram que a produção deste bicombustível atingiu 2.660 mil m³ em 2011, um aumento médio de 12,9% em relação a 2010 (2.355 mil m³). Ao longo do ano, o percentual de B100 adicionado compulsoriamente ao diesel mineral foi constante em 5%, continuando a soja como principal matéria prima para a produção, cerca de 80%, seguido do sebo bovino - cerca de 15,0%.

A produção de cana-de-açúcar na safra 2010/2011 alcançou 624,5 milhões de toneladas. Já na safra 2011/2012 a produção esperada deverá ficar em torno de 560 milhões de toneladas, evidenciando uma quebra da ordem de 11%. A queda acentuada é reflexo dos seguintes fatores:

a) endividamento do setor produtivo, em decorrência, principalmente, da crise financeira mundial de 2008;

b) baixo investimento na renovação dos canaviais;

c) perdas agrícolas oriundas do processo acelerado de mecanização da colheita; e

d) falta de investimento nos tratos culturais.

A produção esperada de etanol carburante, na safra 2011/12, será de 23 bilhões de litros, sendo 9 bilhões de anidro e 14 bilhões de hidratado. Comparando com a safra anterior, teremos uma queda de 20% na produção de etanol total e de 28% na produção de hidratado, apesar de um pequeno crescimento da produção de anidro referente ao aumento no consumo de gasolina. A produção de açúcar também apresentará queda de 5%, ficando em torno de 36 milhões de toneladas.

Para a safra 2012/2013 os sinais não são nada animadores. Os investimentos na renovação dos canaviais não foram realizados e os projetos de instalação de novas unidades produtoras de açúcar e etanol ou foram paralisadas, ou estão com seus cronogramas de implantação atrasados. Muitos investidores alegam que os

preços praticados pelo etanol hidratado estão limitados aos preços administrados da gasolina, e que as constantes declarações de intervenção governamental no setor de comercialização de açúcar e etanol trazem incertezas no segmento.

Os valores deste indicador de desempenho foram:

Indicador	Valor em 2007	Valor em 2008	Valor em 2009	Valor em 2010	Valor em 2011
Taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira*	31,1%	31,5%	32,0%	31,5%	N/D

Fonte: Balanço Energético Nacional 2010-EPE
* Inclui outras fontes renováveis, onde há uma pequena participação de energia solar e eólica.
Dados oficiais da EPE para o ano de 2011 deverão ser divulgados em 2012.

Fórmula do indicador:
Conversão das diferentes fontes de energia em petróleo equivalente (TEP, ou Total Equivalente em Petróleo), de forma a mensurar a sua participação relativa. Esse procedimento permite mensurar a participação das fontes renováveis, entre elas as derivadas da agroenergia.

Programa Relacionado:

a) 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia:

a.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

Para aumentar a oferta de óleos vegetais e garantir a oferta de matéria-prima para a produção de biodiesel, buscou-se desenvolver e apoiar um conjunto de ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas no país, de realização de estudos, pesquisas e desenvolvimento e aprimoramento da infraestrutura laboratorial envolvida, conforme descrito na avaliação do Programa, na página 43.

3) GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR

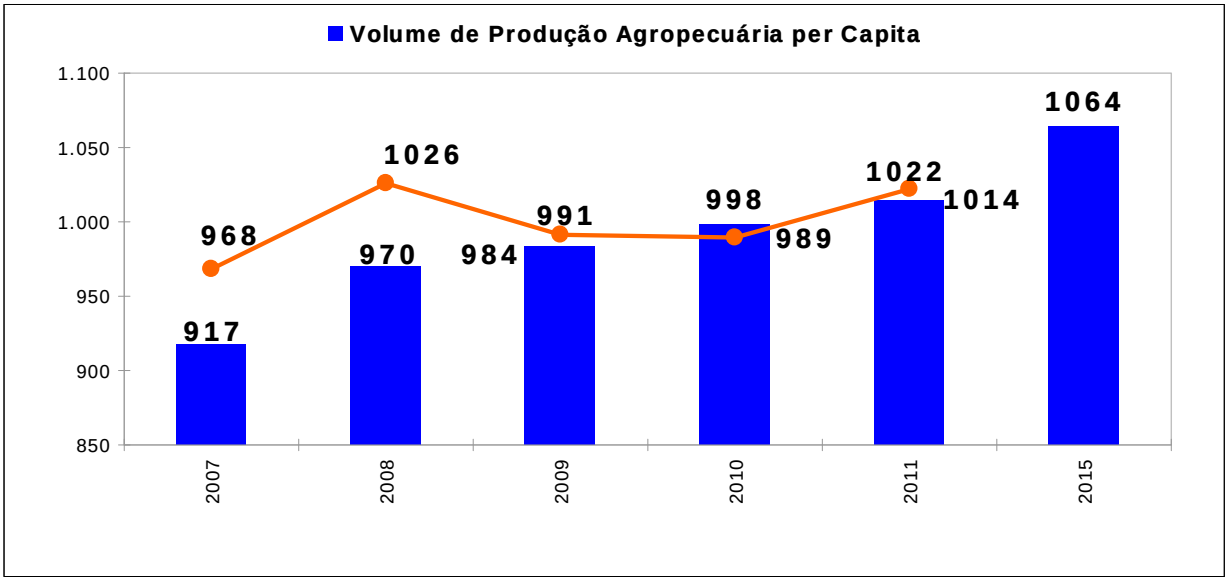
Este objetivo setorial – garantir a segurança alimentar – vem sendo atingido por meio de iniciativas como o Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas. Este programa gera resultados como o aumento das fiscalizações e análises de produtos de origem animal e vegetal, buscando a eliminação de resíduos e contaminantes em toda a sua cadeia produtiva, visando disponibilizar produtos de qualidade no mercado interno e externo.

Indicadores de desempenho associados a este objetivo setorial:

Os indicadores de desempenho associados a este objetivo setorial são "volume de produção agropecuária per capita" e "índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal"

O volume de produção agropecuária *per capita* medida em 2008 foi de 1026 kg. Em 2009 caiu para 993 kg, ou seja 3,2% inferior a 2008. Em 2010, o índice foi de 989 kg/hab., 3% superior ao ano anterior. Entre 2009 e 2010, observou-se uma elevação na produção de grãos (5,91%) e carnes (6,64%) e uma estabilização na produção de frutas e hortaliças. Os dados preliminares de 2011 apontam para uma expectativa de 1022 kg de produtos por habitante, com um aumento de 7% na safra de grãos. O Gráfico 3 mostra a evolução desse índice.

Gráfico 3



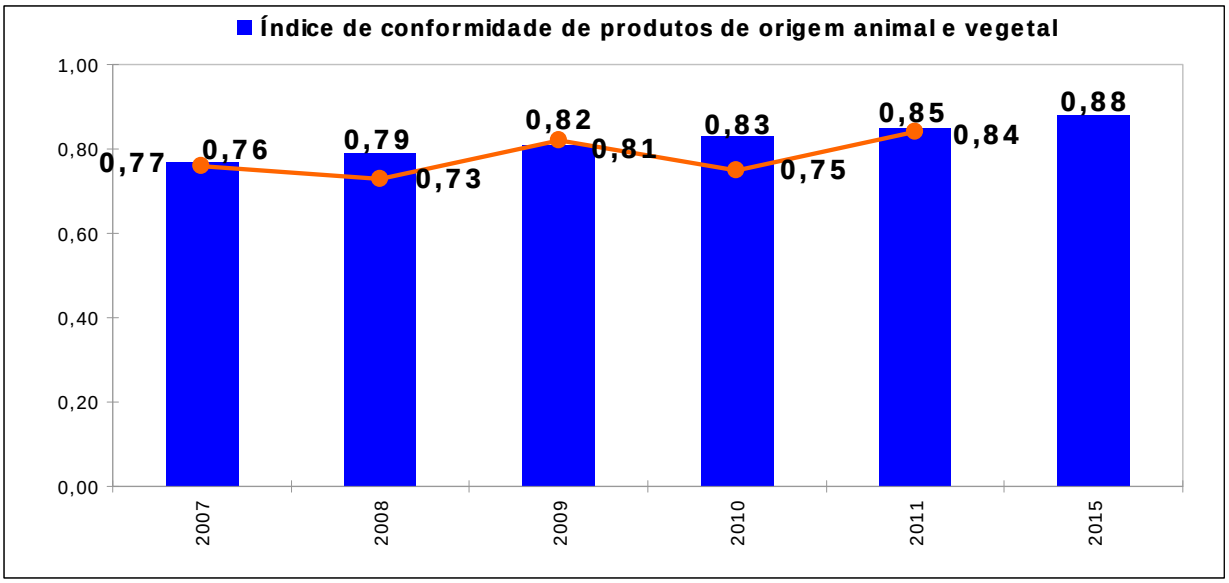
Fonte: SPA e SDA/MAPA
***O valor de 2011 é estimativo**

Fórmula do indicador:
Volume total (kg) da produção agropecuária / Nº total de habitantes no país
Composição do Volume total da produção agropecuária:
- Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo
- Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne de frango
- Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva
-Hortaliças: Batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate

O Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal é composto pela ponderação de outros dois indicadores: um referente a produtos de origem animal e outro de origem vegetal. O valor atingido para este índice em 2011 foi de

0,84, representando um aumento de 12% em relação ao ano anterior. Este acréscimo se deve à elevação considerável do indicador vegetal. O índice está apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4



Fonte: SPA e SDA/MAPA

O indicador de conformidade de produtos de origem animal é um índice composto pelo indicador de conformidade de produtos analisados, que representa 30% do índice e pelo indicador de conformidade encontrada durante supervisões, que representa 70%.

O incremento do índice apresentado, 0,78 no 4° trimestre de 2010 para 0,92 no mesmo período de 2011, provavelmente resulta do incremento e padronização de ações pelas unidades de inspeção de produtos de origem animal das Superintendências Federais de Agricultura, além de aprimoramento na coleta de dados de supervisão e análises por parte do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA.

O índice de Conformidade Vegetal é obtido através da ponderação de conformidade de vinhos e bebidas e a conformidade de produtos vegetais padronizados, ambos obtidos através de fiscalização de estabelecimentos produtores e pontos de vendas no atacado e varejo. A contribuição do indicador vegetal foi elevada devido à obtenção dos dados do indicador através do Plano

Nacional de Monitoramento de Qualidade Vegetal. O indicador de conformidade de produtos de origem vegetal atingiu o valor de 0,71.

Em decorrência os indicadores de desempenho demonstraram a seguintes variações:

Indicador	Valor em 2007	Valor em 2008	Valor em 2009	Valor em 2010	Valor em 2011
Volume de Produção Agropecuária per Capita	968 kg	1.026 kg	993 kg	989 kg	1022 kg*
Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal	0,76	0,73	0,82	0,75	0,84

Fonte: SPA e SDA/MAPA
* Dados estimados

Fórmula do indicador Volume de Produção Agropecuária per capita:
Volume total (kg) da produção agropecuária / Nº total de habitantes no país
Composição do Volume total da produção agropecuária:
- Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo
- Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne de frango
- Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva
-Hortaliças: Batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate

Fórmula do indicador Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal:
IC = 0.6 * IA + 0.4 * IV
IC = Índice de conformidade
IA = Índice de conformidade de produtos processados de origem animal
Formula do IA: (0,7 * (nº relatórios de auditoria conformes/nº total relatórios de auditoria) + 0,3 * (nº de amostras de produtos em conformidade/total de amostras analisadas))
IV = Índice de conformidade de produtos processados de origem vegetal
IV = Índice de conformidade de produtos de origem vegetal =
((0,5*(0,7 * (Inspeções Conforme / Inspeções realizadas - vinhos e bebidas) + 0,3 * (produtos conforme / produtos analisados - vinhos e bebidas))) + (0,5* (nº de amostras de produtos em conformidade - qualidade vegetal/nº total de amostras analisadas - qualidade vegetal)))

Programas Relacionados:

a) Segurança da Sanidade na Agropecuária - 0357:

a.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

Assegurar a saúde animal e a sanidade vegetal evitando a introdução no país de novas doenças animais e pragas vegetais e combatendo aquelas de maior importância econômica identificadas no território nacional são ações de estado que contribuem para manter e ampliar a produção de alimentos, sendo essenciais para o acesso do país aos mercados internacionais de produtos de origem animal e vegetal. Estas ações têm reflexos diretos no aumento da produtividade, na oferta de produtos de baixo risco sanitário e, em conseqüência, favorecem o aumento da renda dos

produtores, trazem benefícios à saúde pública e permitem que o Brasil figure na lista dos maiores exportadores de produtos da agropecuária.

No campo das exportações de produtos da agropecuária brasileira pode-se constatar a abertura e consolidação de mercados que em algum momento estiveram sob ameaça.

Com relação aos resultados para a produção agropecuária no Brasil como um todo, constata-se que o nível de controle no campo da sanidade de animais e vegetais e seus produtos avançou nesse último ano, sendo um ponto de destaque a aproximação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com os órgãos executores nos estados, o que tem permitido alinhamento de ações e maior racionalização das atividades.

O papel de coordenação do MAPA nas ações de estado nas áreas de saúde animal e sanidade vegetal, com a integração de estados e municípios, será aprimorado com a utilização da Plataforma de Gestão da Agropecuária – PGA, em desenvolvimento.

b) Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - 0356:

b.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

O Brasil tem buscado constantemente a transparência nas suas relações de comércio e a oferta de alimentos seguros e de qualidade, o que o credenciou a ser hoje um dos principais fornecedores de alimentos em âmbito mundial.

Na área de vinhos e bebidas, as ações de inspeção e fiscalização foram direcionadas para o processo produtivo, com foco na prevenção e detecção de fraudes econômicas e de não conformidades, em colaboração com os órgãos de defesa do consumidor e de saúde. Destaca-se a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras frente ao mercado interno e externo, bem como uma maior participação na representação do MAPA em organismos internacionais, como na Organização Internacional da Uva e da Vinho – OIV e no Grupo Mundial do Comércio do Vinho – GMCV.

As ações da área de qualidade vegetal foram direcionadas para desenvolver ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, visando a encontrar soluções operacionais para suprir a demanda da sociedade brasileira. O índice de

conformidade dos produtos vegetais (percentual de amostras coletadas em conformidade com a legislação) apurado atingiu 71%, valor que corresponde a 91% da meta proposta no plano estratégico do MAPA. Em termos de capilaridade no território nacional, a fiscalização da qualidade vegetal alcançou 108 mesorregiões brasileiras, o que corresponde a 78% do território nacional.

As ações na área da qualidade dos alimentos de origem animal foram intensificadas, assegurando a oferta de alimentos seguros aos mercados internos e internacionais. Na área internacional destacam-se as negociações com autoridades veterinárias da República Popular da China, que culminaram na abertura daquele mercado para carne suína do Brasil e ampliação da lista de plantas habilitadas a exportar carne de aves. Foi dada continuidade ao processo de elaboração do novo Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal – SIGSIF, o qual integrará a Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA, instrumento de gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária, em construção. O novo SIGSIF visa trazer maior celeridade e transparência às atividades de inspeção de produtos de origem animal, além de facilitar o acesso da população e das empresas fiscalizadas às bases de dados oficiais.

As análises de produtos de origem animal programadas para o ano de 2011 para o monitoramento da presença de resíduos e contaminantes, no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC, mostraram um índice de conformidade de 99,8%. (limites máximos de concentrações de resíduos e/ou contaminantes).

4) IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS POR MEIO DO AGRONEGÓCIO

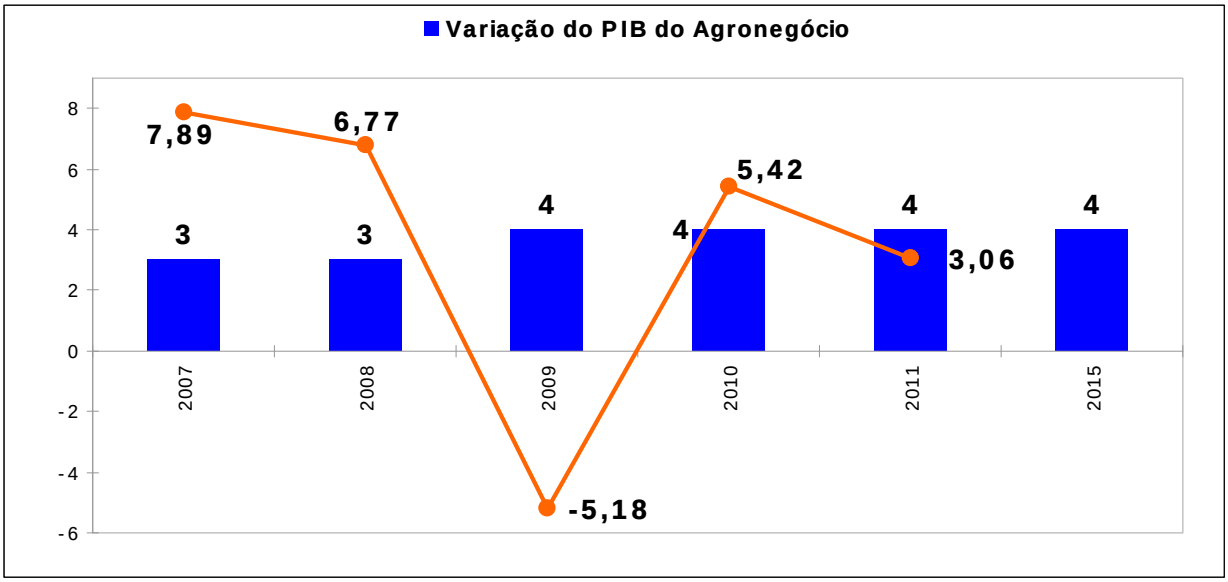
Este objetivo setorial demanda uma série de iniciativas por ser mais complexo e abrangente que os demais. É o objetivo estratégico de mais alto nível na perspectiva da sociedade do Mapa Estratégico do Ministério, que sintetiza os resultados esperados da ação global do MAPA. Ao todo são 10 programas relacionados aos diversos setores do agronegócio. Eles serão apresentados a seguir, destacando-se a importância de cada um para a consecução deste objetivo setorial, assim como os indicadores de desempenho desse objetivo.

Indicadores de desempenho associados a este objetivo setorial:

a) Variação do PIB do Agronegócio[1]

Este indicador está apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5



Fonte: MDIC, SRI/MAPA e CEPEA/ESALQ/USP
*Dados de 2011 se referem até junho do mesmo ano

Fórmula do indicador:
(PIB do agronegócio (R$) no ano x - PIB do agronegócio (R$) no ano x-1 / PIB do agronegócio (R$) no ano x-1)*100

O PIB do agronegócio, estimado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), que vinha crescendo até setembro de 2008, decresceu 0,48% no último trimestre desse ano; mesmo assim, mostrou um crescimento de 6,77% ao final do ano de 2008. A crise financeira, ao frear a expansão na demanda mundial, afetou principalmente os setores da indústria e distribuição do agronegócio, provocando uma inversão no bom desempenho que ele vinha apresentando nos anos anteriores. O ano de 2008 ficou

[1] **Agronegócio** é entendido como "A soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. No segmento de produção, são contemplados o pequeno, o médio e o grande produtor rural". (Fonte: Plano Estratégico do Mapa, 2009)

marcado por uma mudança de rumo durante o segundo semestre, principalmente pela queda no mercado de alimentos e de energia em nível global.

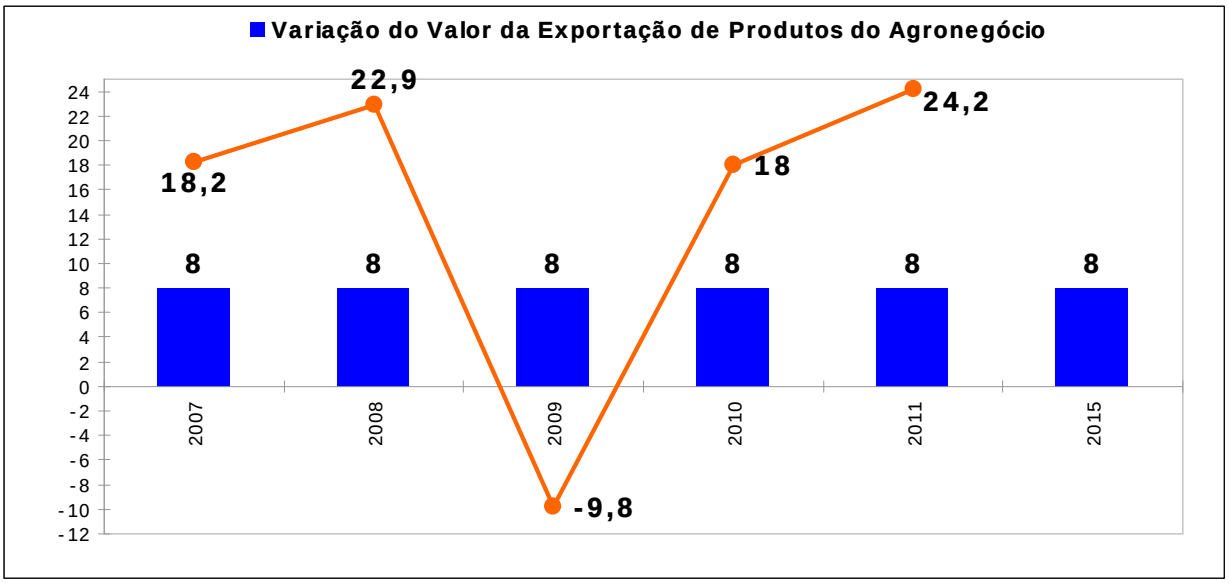
Em 2009, o setor apresentou uma perda acumulada em torno de 5%. A recuperação do setor somente ocorreu em 2010 quando a taxa acumulada no ano alcançou 4,67% e continuou crescendo, registrando uma expansão de 3% no primeiro semestre de 2011. As altas cotações de importantes produtos agropecuários, como algodão, café, milho, laranja, soja e carne bovina, paralelamente ao crescimento da produção, explicam os resultados deste primeiro semestre. O segmento primário da agricultura se destacou no período, acumulando alta de 6,75%. Do lado dos insumos, o crescimento nos preços reais e na quantidade entregue de adubos, fertilizantes e das rações, resultou uma alta de 5,23%. O segmento Industrial apresentou um crescimento mais modesto, de apenas 1,33%. A desaceleração dos preços agropecuários marcou o fim do primeiro semestre de 2011.

O quadro de incertezas formado frente à crise nos mercados europeus e dos Estados Unidos dificulta a formação de expectativas. Para os meses subsequentes, o certo é que os mercados ficarão mais encolhidos, mas, ao mesmo tempo, os estoques mundiais apertados e a demanda firme de alimentos pela Ásia, em especial, pela China, seguirão sustentando os preços de importantes commodities brasileiras.

b) Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio

Este indicador é apresentado no gráfico 6. A contribuição do agronegócio para o aumento das exportações representa a medida das ações desenvolvidas pelo MAPA na criação e manutenção de novos mercados para produtos brasileiros, contribuindo para a geração de excedentes exportáveis que impactam positivamente a balança comercial e o desenvolvimento do País.

Gráfico 6



Fonte: SRI/Mapa a partir de dados da SECEX/MDIC
*Dados até novembro/2011

O valor das exportações do agronegócio que atingiu 22,9% em 2008, ficou negativo em 9,8% em 2009, totalizando US$ 64,7 bilhões. A diminuição das exportações em -9,8% resultou de redução de 9,4% nos preços médios, enquanto o índice de quantidade exportada praticamente manteve-se o mesmo, com uma variação de -0,4%. A manutenção do índice de *quantum* exportado em 2009 resultou do comportamento heterogêneo em termos de quantidade dos principais produtos exportados.

Em 2010 o valor das exportações do agronegócio recuperou-se alcançando 18% e atingiram 24,2% em junho de 2011. As exportações do Agronegócio cresceram vigorosamente no ano de 2011, com aumento em todos os indicadores trimestrais. Ressalta-se que trimestre após trimestre houve incremento das vendas. De janeiro a junho de 2011 a variação do PIB do agronegócio atingiu 3,02%. A exportação de produtos de maior valor específico (preço/kg) ou de maior valor agregado (manufaturados) requereu um trabalho mais intenso de promoção comercial, incluindo a identificação das exigências de cada mercado e das preferências dos consumidores. Exigiu ainda esforços específicos em termos de melhoria de imagem externa e de divulgação de indicações geográficas e de marcas nacionais.

Comparando-se o 1º trimestre de 2011 com o mesmo período de 2010, houve uma elevação das exportações em 23,3%, número que atingiu 28,9% no 4º trimestre de 2011 (outubro e novembro de 2011 sobre o mesmo período de 2010). Não

obstante tal resultado, observa-se que o desempenho foi atingido em função, principalmente, da elevação das cotações internacionais das *commodities* agrícolas, que subiram em todos os principais setores exportadores do agronegócio. Por exemplo, as cotações médias de exportação de soja em grão, principal produto da pauta exportadora do agronegócio, aumentaram de US$ 378 por tonelada em 2010 para US$ 496 por tonelada em 2011, um aumento de 31,2%.

Entre janeiro e novembro de 2011, as exportações atingiram um montante recorde de US$ 87,577 bilhões, com elevação de 24,4% sobre mesmo período de 2010. O complexo soja foi o principal setor em exportação, com US$ 22,951 bilhões e elevação de 38,9% no ano. O complexo sucroalcooleiro, na segunda posição em receitas, teve registro de vendas de US$ 14,993 bilhões (+18,9%). As carnes continuaram na terceira posição dentre os principais setores exportadores, totalizando US$ 14,354 bilhões (+14,8%). Em quarto lugar, observam-se os produtos florestais, com vendas de US$ 8,823 bilhões ou 5,0% acima do registrado de janeiro a novembro de 2010. Logo após os produtos florestais, na quinta posição, ficou o café, com valor exportado de US$ 7,898 bilhões (+55,7%).

Em decorrência disso, a promoção internacional do agronegócio tem buscado mostrar ao exportador de menor porte as oportunidades do mercado externo, além de tentar identificar e estimular o potencial exportador de produtos de menor presença na pauta exportadora brasileira e de maior valor agregado.

Nos últimos doze meses, entre dezembro de 2010 e novembro de 2011, as exportações do atingiram o montante recorde de US$ 93,6 bilhões (+24,2%).

Os valores dos indicadores de desempenho foram:

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011
Variação do PIB do Agronegócio	7,89%	6,77%	-5,18%	4,67%*	3,06%**
Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio	18,2 %	22,9 %	-9,8%	18%	24,2%***

Fonte: MDIC, SRI/MAPA e CEPEA/ESALQ/USP
* Dados estimativos ** Dados até junho de 2011 ***Dados até novembro/2011

Fórmula do indicador Variação do PIB no Agronegócio:
(PIB do agronegócio (R$) no ano X - PIB do agronegócio (R$) no ano X-1 / PIB do agronegócio (R$) no ano X-1)*100

Fórmula do indicador Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio:
(Volume de exportação de produtos do agronegócio (US$) no período X - Volume de exportação de produtos do agronegócio (US$) no período X -1 / Volume de exportação de produtos do agronegócio (US$) no período X-1)*100
Fonte: MDIC e SRI/MAPA
Dados até o terceiro trimestre de 2009

Programas Relacionados:

São os seguintes os programas relacionados a este objetivo setorial:

(a) Abastecimento Agroalimentar - 0352

(b) Desenvolvimento da Economia Cafeeira - 0350

(c) Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional - 1437

(d) Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau - 0362

(e) Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - 1442

(f) Gestão da Política Agropecuária - 0360

(g) Minimização de Riscos no Agronegócio - 0365

(h) Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social - 1161

(i) Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio - 1156

(j) Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários - 0375

A seguir, serão apresentados os programas e seus impactos neste objetivo setorial.

(a) Abastecimento Agroalimentar - 0352

a.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

Este programa, ao viabilizar políticas públicas e mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao abastecimento, contribuiu para a sustentabilidade da atividade agropecuária. O financiamento do custeio/comercialização da produção agropecuária e do investimento no setor foi feito por meio do crédito rural concedido pelos Bancos do Brasil, da Amazônia e do Nordeste (BB, BASA, BNB).

Paralelamente, a intervenção no mercado visando garantir o preço e a renda do produtor propiciou a formação de estoques públicos, por meio dos instrumentos de Aquisições do Governo Federal – AGF e Contratos de Opção de Venda, operacionalizados pela Conab.

Também a garantia e a sustentação dos preços na comercialização dos produtos, por meio de subvenção, na forma de equalização de preços, beneficiaram produtores rurais e suas cooperativas, por intermédio de instrumentos como o Programa de Escoamento de Produto – PEP, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO e Vendas em Balcão, viabilizando a comercialização nas regiões de produção e o abastecimento aos consumidores.

(b) 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira

b.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

O Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira, para o alcance de seu objetivo setorial associado, tem procurado apoiar ações voltadas à preservação do meio ambiente, contribuindo, anualmente, com as entidades parceiras, por meio da liberação de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé.

Como exemplo, foi firmado em 2008 um Plano de Trabalho, conforme Edital MCT/CNPq/CT- Agro-Hidro/MAPA-SDC-SPAE nº 44/2008, para recuperação de áreas degradadas, no período de setembro de 2008 a agosto de 2011.

O edital teve como objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, monitoramento e recuperação de áreas degradadas por empreendimentos econômicos, como atividades agropecuárias, industriais, minerais ou de geração de energia e exploração florestal, visando à promoção sustentável das regiões brasileiras, com ênfase para a atividade da cafeicultura, no que se refere à utilização de técnicas de recuperação e conversão de áreas degradadas em áreas produtivas, com a utilização de sistemas de manejo que promovam o aumento da produção agrícola de forma sustentável.

Como resultado, o programa tem permitido ao agronegócio do café evoluir social e politicamente, objetivando satisfazer as aspirações e necessidades das gerações atuais e futuras.

(c) Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional - 1437

c.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

Este programa vincula-se a dois objetivos estratégicos a saber: i)“ampliar a participação proativa em negociações internacionais, para estabelecimento de regras

e normas de comércio, visando à conquista de mercados para os produtos brasileiros"; e, ii) "contribuir para a maior inserção do agronegócio no mercado externo e para seu reconhecimento no mercado interno".

Com este pano de fundo em mente, o MAPA realizou, no período 2008-2011, diferentes atividades voltadas para garantir que fossem atingidos os objetivos mencionados.

Os principais resultados obtidos por este Programa estão apresentados na Avaliação dos Programas do PPA.

(d) Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau - 0362

d.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

As ações integradas de P&D e Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER desenvolvidas pela CEPLAC tem criado a oportunidade de retomada da produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro e dos níveis de processamento com redução conseqüente do cacau importado. A difusão continuada de conhecimento tecnológico e gerencial constituiu requisito básico para a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau, tendo seu enfoque, no período 2008-2011, centrado no fortalecimento das atividades produtivas e no aperfeiçoamento dos agronegócios regionais.

Além das pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia e fisiologia da produção, mereceram atenção o desafio do processamento de chocolate, especialmente com a utilização de cacau fino, orgânico e com certificação de origem em Sistemas Agroflorestais – SAFs, como forma de agregação de valor à produção brasileira. A Extensão Rural integrou-se à dinâmica do Desenvolvimento Territorial, incluiu agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania e 5 territórios rurais de identidade, nos estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

A revitalização da cacauicultura no Brasil esteve realçada em dois flancos definidos pelo Programa nesse exercício: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia, com potencial instalado de incremento rápido da

produção física de amêndoa pela melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, de outro, os estados do Norte registrando franca expansão de demanda.

Ancorado nas dimensões clássicas da sustentabilidade o Programa apresentou índices satisfatórios nos indicadores de resultados, conforme mostrado na Avaliação dos Programas do PPA, com presumível elevação da qualidade de vida das populações em decorrência do aumento da renda agropecuária regional, da manutenção e qualificação de postos de trabalho no campo e ampliação dos níveis de conservação ambiental dos municípios, no âmbito dos Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

(e) Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - 1442

e.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

A adoção de boas pratica de produção tem se expandido fortemente, gerando e ordenando novas políticas públicas, transformado a maneira que a comunidade acadêmica, tecnológica, a sociedade rural e urbana vêem o campo. O país tornou-se um dos grandes produtores de orgânicos no mundo e novas linhas de crédito passaram a ser demandadas para atividades sustentáveis, operadas para apoiar atividades e sistemas sustentáveis de produção agropecuária com o aporte crescente de recursos.

A organização de sistemas de produção sustentáveis, como a produção orgânica, a promoção de sistemas agropecuários de produção integrada, a promoção de boas práticas na agricultura e na pecuária, para a conservação de solo e água, a gestão integrada de microbacias hidrográficas, a integração lavoura, pecuária e florestas - ILPF, a recuperação de áreas degradadas e a adoção do plantio direto avançaram significativamente em sua abrangência.

(f) Gestão da Política Agropecuária - 0360

f.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

O programa possibilita a oportunidade de desenvolvimento do setor agropecuário, resultando no revigorado desempenho do Agronegócio, demonstrado por safras recordes e acentuada expansão das exportações. Isso se dá por meio de

apoio a: renegociação da dívida agrícola e as medidas adotadas para sua implementação; expansão do volume total de recursos; redução de encargos financeiros do crédito rural; aprimoramento dos instrumentos de política agrícola e apoio à comercialização, tornando-se possível ao Mapa a aplicação dos instrumentos de equalização de preços, aquisições diretas dos produtores e oferta de contratos de opção de venda públicos e privados, mitigando o efeito da volatilidade dos preços ao agricultor com a aplicação da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM).

Constam também no programa ações-meio que visam subsidiar os programas finalísticos inseridos no objetivo setorial, abastecendo os demais programas com a infraestrutura necessária e com o suporte de informação aos técnicos e ao agronegócio. Enfim, são de grande importância para o desenvolvimento setorial de forma indireta.

(g) Minimização de Riscos no Agronegócio - 0365

g.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

Ao procurar mitigar os riscos inerentes à atividade rural, o Programa está induzindo a atualização de tecnologias, com o aperfeiçoamento das informações meteorológicas, dos estudos do zoneamento agrícola e do uso do seguro rural. Esse aperfeiçoamento contribui para o desenvolvimento sustentável do país, pois visa, dentre outros objetivos, incrementar a produtividade do agronegócio.

(h) Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social - 1161

h.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

Com o objetivo de incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltadas aos empreendimentos de pequeno porte, o programa contribui diretamente para a Embrapa cumprir sua missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Os principais resultados gerados pelo programa que impactaram positivamente no alcance do Objetivo Setorial estão relatados na Avaliação dos Programas do PPA.

(i) 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

i.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

Com o objetivo de incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos, necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos, o programa contribui diretamente para a Empresa cumprir sua missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Os principais resultados gerados pelo programa que impactaram positivamente no alcance do Objetivo Setorial estão relatados na Avaliação dos Programas do PPA.

(j) 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

j.1) Avaliação da contribuição do programa no alcance do objetivo setorial:

O programa de “Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários” tem por objetivo garantir, por meio da regulamentação e fiscalização, a qualidade e segurança dos insumos básicos utilizados na produção agropecuária brasileira.

A aplicação correta de insumos é um fator determinante para o aumento de produtividade. Ressalta-se que a boa prática agrícola somente é possível se os insumos estiverem conformes e seguros. O desenvolvimento sustentável do agronegócio passa, dentre outros fatores, por aumento de produtividade e redução dos impactos da atividade agrícola para o meio ambiente. Portanto, o programa “Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários” impacta diretamente no objetivo setorial de “Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do Agronegócio”.

PROGRAMAS DO PPA

PROGRAMA: Abastecimento Agroalimentar (0352)

Gerente do Programa
Rubens Rodrigues dos Santos

Gerente Executivo
Matheus Benevides Gadelha

Objetivo
Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar da população brasileira.

Público-Alvo
Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	5.608.792.528,00	2.267.978.777,00	40,44
2009	7.462.562.641,00	4.748.286.083,27	63,63
2010	7.899.637.985,00	3.135.109.802,53	39,69

2.011	6.416.866.755,00	2.581.320.331,81	40,23
TOTAL	27.387.859.909,00	12.732.694.994,61	46,49

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Produção Nacional de Grãos - Milhões de t	123,2	04/2004	137,0	135,1	149,0	162,9	150,0
Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma - %	15,0	11/2003	22,0	49,0	16,0	53,0	59,0
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca - %	9,0	11/2003	7,0	8,0	11,0	14,0	6,0
Margem de Disponibilidade de Milho - %	17,0	12/2003	21,0	25,0	24,0	20,0	18,0
Margem de Disponibilidade de Trigo - %	3,0	02/2004	15,0	23,0	24,0	17,0	3,0
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários - R$ mil	3.133.029	12/2006	1.515.367	3.820.843	3.402.849	1.210,4	4.271.152
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários - unidade	11.006	12/2006	2.544,0	16.948,0	8.104,0	5.470,0	17.084,0

Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários - R$ mil	11.301.553	08/2007	39.987.912	46.161.254	55.839.414	56.781.554	16.639.331

Fonte: CONAB, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia

Este programa tem oito indicadores, dos quais cinco apresentam resultados que ultrapassam as metas previstas para o final do PPA. Os três restantes mostram situações específicas que serão comentadas na sequência.

O indicador mais importante para o programa é o "produção nacional de grãos", que evoluiu de 137 milhões de toneladas em 2008, ou seja 11,2% maior à linha de base, para 162.9 milhões de toneladas, quantidade 8,6% superior que a meta prevista para o final do PPA.

Embora tenha ultrapassado a meta do PPA, o indicador "margem de disponibilidade de arroz em casca" teve uma redução de 3,33% na meta prevista para o final do PPA, em relação à linha de base. Em 2008, o indicador apresentou de 7% de disponibilidade, passando para 14% ao final do PPA, contra 6% na previsão de meta.

O indicador "margem de disponibilidade de milho" ultrapassou a meta do final do PPA (18%) logo no primeiro ano do período, atingindo o seu valor máximo em 2009, com 25% de disponibilidade, caindo ao final para 20% em 2011.

"Margem de Disponibilidade de Trigo" é outro indicador que sofreu um grande aumento de disponibilidade já no primeiro ano do PPA. Partindo de uma linha de base de 3%, alcançou 15% em 2008 e evoluiu para 24% em 2010, para fechar o período com 17% de disponibilidade. A previsão era de apenas 3% ao final do período.

O indicador "volume de recursos aplicados no apoio à produção de produtos agropecuários" também é de importância fundamental para a produção de grãos. No período do PPA a quantidade de recursos ofertados foi crescente, passando de R$ 39,9 milhões em 2008 para R$ 56,8 milhões em 2011, enquanto a meta prevista para o final do PPA era de R$ 16,6 milhões.

A análise dos indicadores que não alcançaram a meta do final do PPA leva às seguintes conclusões. Para o indicador "margem de disponibilidade de algodão em

pluma” as disponibilidades de algodão avançaram de 22% em 2008 para 49% em 2009, recuando para 16% em 2010. A explicação para essa queda está no aumento do consumo, estimado em 5%, devido ao crescimento da economia, do emprego e da massa salarial nos anos anteriores. O governo importou 250 mil toneladas de algodão para atender à demanda total (consumo das indústrias e exportação) mas não evitou o aumento dos preços o que motivou a expansão da área cultivada com algodão na safra 2010/2011 elevando a margem de disponibilidade para 53%, um pouco abaixo dos 59% previstos para o final do PPA.

O indicador “volume de recursos aplicados no apoio à comercialização de produtos agropecuários” evoluiu de R$ 1,52 bilhões em 2008,para um máximo de R$ 3,82 bilhões no ano seguinte, caindo em 2011 para R$ 1,21 bilhões, ou seja apenas 28% do previsto para o final do PPA. A explicação para isto está no fato dos preços de mercado estarem num nível satisfatório, não havendo necessidade de forte intervenção do Governo para a comercialização da produção.

Também requer uma explicação o comportamento do indicador “número de produtores rurais atendidos pelos instrumentos de apoio à comercialização de produtos agropecuários” que bastante variável devido à forma de coleta das informações. A CONAB registra apenas os adquirentes/arrematantes (produtores rurais e cooperativas) que efetivamente comprovaram a operação, no ano, tanto na formação de estoques (AGF e Contratos de Opção de Venda) como na garantia e sustentação de preços (PEP e PEPRO). No caso das cooperativas, é grande o número de produtores associados e beneficiados, o que dificulta o controle de quantitativo de atendimento. Além disso, são variados os prazos de comprovação dos diversos instrumentos de apoio à comercialização, como é o caso do PEPRO, que tem o prazo de oito a doze meses após a realização do leilão.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

A safra de grãos que em 2008 correspondeu a 137 milhões de toneladas; manteve-se nesse patamar em 2009, aumentou para 149 milhões em 2010 e alcançou os 162.9 milhões de toneladas em 2011, superior em 8,6% à meta de 150 milhões prevista para o último ano do PPA.

O valor dos recursos aplicados no financiamento de custeio e comercialização da produção agropecuária e de investimento no setor evoluiu de R$ 39,9 bilhões em

2008 para R$ 56,8 bilhões em 2011, ultrapassando em 242% o valor projetado para o final do PPA. Os financiamentos foram feitos pelo Banco da Amazônia S.A. – BASA na Região Norte (Amazônia legal), pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB nos estados da Região Nordeste além de Minas Gerais e Espírito Santo e, pelo Banco do Brasil – BB em todos os estados da Federação. Houve um aumento na demanda por financiamentos no período e destacou-se a priorização no atendimento aos clientes no âmbito da agricultura familiar (segmento Pronaf), aos mini e pequenos produtores e a algumas lavouras, como a de soja e de milho.

Visando a fortalecer os empreendimentos cooperativos e associativos como instrumentos de desenvolvimento sócio-econômico do País, o número de contratos realizados pelo Banco do Brasil com essas instituições passou de 874 em 2008 no valor de R$ 2,4 bilhões para 756 contratos no valor de R$ 2,6 bilhões em 2009, para 3.582 contratos no valor de R$ 4,73 bilhões em 2010, alcançando 6.884 contratos e o valor de R$ 4,4 bilhões em 2011. Em 2009, embora o número de contratos tenha caído 13,5% em relação a 2008, o valor do crédito correspondente aumentou em 8,4% em virtude da redução da participação dos demais agentes (empresas fornecedoras de insumos, agroindústrias, *tradings*, etc.) que operam nesse mercado, devido à crise financeira internacional.

Utilizando-se dos instrumentos de política agrícola, a Conab interveio no mercado objetivando a formação de estoques públicos e regulando o abastecimento interno dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. Nesse sentido a CONAB adquiriu, mediante Aquisições do Governo Federal-AGF e Contratos de Opção de Venda, 1.214.139t de diversos produtos como trigo, milho, café, feijão e sisal em 2008, alcançando sua maior intervenção em 2009, quando ampliou o leque de produtos e adquiriu 5.329.220t, caindo no final do período para 811.250t. Foram aplicados na aquisição de mercadorias, pagamento de despesas de transporte e manutenção dos estoques públicos, R$ 651 milhões em 2008, aumentando para R$ 2,7 bilhões em 2009 e caindo para R$ 1,19 bilhões em 2010 e para R$ 918 milhões em 2011. Essas intervenções, entretanto, foram pontuais para alguns produtos, viabilizando a garantia de preço mínimo para o produtor e foram sempre inferiores às metas estabelecidas por modalidade.

A Conab também aplicou como Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992), R$ 184 milhões em 2008, R$ 926 milhões em 2009, R$ 1,1 bilhões em 2010 e 292 milhões em 2011

oriundos do Orçamento Geral da União – OGU, na subvenção à equalização dos preços de produtos agropecuários, viabilizando a comercialização nas regiões de produção, com a finalidade de beneficiar o produtor rural e suas cooperativas e facilitar o abastecimento aos consumidores. Essas operações foram feitas via leilões eletrônicos do Prêmio de Escoamento de Produto- PEP, para produtos como arroz, feijão, trigo, milho, leite *in natura,* sisal, uva e derivados e do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor - PEPRO, com os prêmios pagos após a comprovação do escoamento do produto. Foram utilizados também outros instrumentos como o Prêmio de Risco para a Aquisição de Produto Agrícola – PROP, a concessão de subsídio às regiões desabastecidas (Valor de Escoamento de Produto - VEP) e com vendas no balcão.

O Banco do Brasil intermediou a comercialização de contratos de derivativos agropecuários a clientes da carteira de agronegócios, proporcionando a minimização de riscos pela utilização de mecanismos de proteção de preços dos produtos agrícolas, em operações da BMF & BOVESPA. Foram aplicados em 2008 R$ 680 milhões atendendo a 33,8 mil contratos, R$ 208 milhões com 13,3 mil contratos em 2009, R$ 1,1 bilhão com 94 mil contratos em 2010 e R$ 1,1 bilhão com 81,2 mil contratos em 2011. Note-se que houve uma grande redução de contratos em 2009 em decorrência da crise econômica mundial.

A operação de Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992) exigiu a aplicação de um montante crescente de recursos iniciando com R$ 48,7 milhões em 2008 , R$ 150 milhões em 2009, R$ 145 milhões em 2010, terminando o período com 365,7 milhões em 2011.

Na concessão de subvenção para a Equalização de Juros do Alongamento da Dívida do Crédito Rural de acordo com a Lei 9.866/99 e a Resolução do CMN nº 2.471/98, foram alocados R$ 238 milhões em 2008, R$ 247 milhões em 2009, R$ 98 milhões em 2010 terminando o período com R$ 292milhões em 2011. Esses recursos foram muito importantes para que os produtores pudessem saldar suas dívidas de crédito rural.

Foram realizadas no período 2008-2011 por intermédio da CONAB tanto a fiscalização dos estoques públicos depositados em armazéns próprios ou de terceiros quanto a inspeções das operações de garantia e sustentação de preços. Em 2008 o número de armazéns fiscalizados alcançou 4.799 unidades, subindo esse

número para 6.710 unidades em 2009 e para 8.880 unidades em 2010, caindo para 6.030 em 2011. Foram despendidos nesse trabalho R$ 1,5 milhões em 2008, R$ 2,3 milhões em 2009, R$ 2,55 milhões em 2010 e R$ 1,62 milhões em 2011, respectivamente. A ação fiscalizadora alcançou em 2010 100% dos estoques públicos formados pelas Aquisições do Governo Federal - AGF, pelo exercício dos Contratos de Opção de Venda, pelos produtos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), provenientes da agricultura familiar e pelos produtos de distribuição gratuita.

A manutenção da rede armazenadora própria da Conab em condições técnicas para guarda, conservação, comercialização e distribuição de produtos agropecuários, foi feita com a aplicação de recursos em obras, aquisição de equipamentos e de material permanente nos valores de R$ 7,98 milhões em 2008, R$ 7,73 milhões em 2009, R$ 1,4 milhões em 2010 e R$ 504 mil em 2011, que possibilitaram a recuperação de 73 unidades armazenadoras em 2008, 66 em 2009, 42 em 2010 e 57 em 2011. Em 2010 foi também concluída a obra do Complexo Armazenador de Uberlândia/MG, um armazém graneleiro com capacidade estática de 100.000 toneladas, que possui relevante importância para a agricultura regional e é estratégico para o desempenho das políticas agrícola e de abastecimento, principalmente com a diretriz do governo de recompor os seus estoques estratégicos e de segurança alimentar, sendo aplicados no biênio 2009/10, R$ 40,97 milhões.

Com vistas a aumentar a capacidade estática da rede armazenadora credenciada, especialmente para a formação de estoques do Governo Federal, houve cadastramento/recadastramento emergencial em diversos estados da Federação, que totalizaram 6.276 unidades armazenadoras em 2008, 2866 em 2009, 6.115 unidades em 2010, e 1889 em 2011 a um custo de R$ 350 mil em 2008, R$289 mil em 2009, R$ 453 em 2010 e R$ 61 mil em 2011. A manutenção do cadastro tem por objetivo atualizar o banco de dados sobre localização, capacidade de armazenagem e características técnicas-operacionais dessas unidades no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Sicarm, com vistas ao processo de certificação nacional.

A geração e difusão, via internet, de informações como estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, séries estatísticas e outros insumos de interesse do agricultor, e a disponibilização de publicações específicas, que subsidiam o Governo Federal na elaboração de políticas ligadas à agropecuária e ao

abastecimento alimentar vêm sendo ampliadas continuamente. Anualmente vêm sendo disponibilizadas cerca de 7.800 informações.

PROGRAMA: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário(6003)

Gerente do Programa
Erikson Camargo Chandoha

Gerente Executivo
Francisco Alves De Lima Júnior

Objetivo
Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.

Público-Alvo
Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	621.437.819,00	409.977.466,00	65,97
2009	712.370.243,00	15.001.189,90	2,11
2010	1.072.339.858,00	102.999.964,56	9,61
2.011	927.678.042,00	13.791.945,78	1,49

TOTAL	3.333.825.962,00	541.770.566,24	16,25

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros - Milhão de t	43,1	04/2005	39,1	43,5	57,3	58,5	59,1
Custo Médio do Transporte de Grãos - R$/t	157,4	04/2005	134,6	160,0	150,0	195,0	124,8
Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional %	7,0	03/2005	7,2	7,0	7,5	5,4	8,0

Os três indicadores utilizados para acompanhar o programa, apresentados no quadro acima, mostraram comportamentos bem diferenciados. O primeiro, “volume de produtos exportados pelos portos brasileiros”, sofreu uma queda em 2008 em relação à linha de base, devido à valorização do real durante o ano, ao inicio de retração de demanda no mercado mundial, à queda de preço e à redução na disponibilidade de crédito bancário necessários para viabilizar as exportações. As operações de financiamento privado da fase de produção ficaram também prejudicadas em função da crise financeira internacional no final do ano, com redução das compras das tradings para a exportação. O preço do milho no mercado interno aumentou devido a adversidades climáticas na Região Sul do País, inviabilizando a exportação desse produto. A partir de 2009 o volume de exportações evoluiu da forma esperada praticamente atingindo a meta para o final do PPA.

O alargamento das fronteiras agrícolas, cada vez mais distantes dos portos, ensejou um aumento “custo médio do transporte de grãos”, que é o segundo indicador, em lugar da esperada redução desse custo. Esse gargalo tinha

expectativa de solução com a efetiva implantação de novos terminais portuários do Arco Norte e a ampliação dos existentes, o que não ocorreu no tempo esperado, estando, entretanto, na pauta de realizações para os próximos exercícios.

A ampliação da capacidade operacional dos terminais portuários do Arco Norte, induz a implantação e utilização sistêmica das hidrovias existentes na região. Nesse caso, as do Tapajós e Tocantins, no Estado do Pará. O não cumprimento do cronograma previsto para o sistema portuário refletiu-se igualmente na estagnação do desenvolvimento do setor hidroviário, contribuindo para o uso de outras alternativas de escoamento da produção. Isto manteve estagnado o terceiro indicador que acompanha a variação do "transporte por hidrovias da produção agrícola".

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

Esse programa é um importante instrumento de fomento à pequena produção agropecuária. Ele apóia a manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte visando ao aumento da produção e da produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização da produção. Ele também apóia a melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.

O Programa apresentou resultado abaixo do esperado, em decorrência do contingenciamento de recursos orçamentários, prejudicando ações importantes de fiscalização dos contratos de repasse demandadas por órgãos de controle, bem como ao acompanhamento dos resultados dos investimentos produzidos com recursos de emendas parlamentares repassados aos municípios e governos estaduais. Aliado à falta de recursos, a inadimplência de alguns proponentes inviabilizou a qualidade da execução das ações.

Ainda que o desempenho do programa não tenha alcançado o resultado esperado, foi possível realizar, por meio de ações de articulação junto aos órgãos do Ministério dos Transportes, estudos e trabalhos técnicos para viabilizar obras de

infraestrutura voltadas para o escoamento da produção, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável.

Houve uma melhoria da infraestrutura disponível de mecanização agrícola, das estruturas de agroindustrialização e de outras que possibilitaram a competitividade e a redução de custos do público beneficiado. A disponibilidade de patrulhas mecanizadas agrícolas a milhares de municípios tornou possível o treinamento de agricultores, o uso do equipamento no plantio e a adoção de boas práticas de manejo e conservação de solo, o incremento da produção de alimentos e da segurança alimentar regional.

O diagnóstico dos gargalos de logística de transporte foram importante para que a atenção do governo fosse direcionada para ações estratégicas e não apenas para a demanda de regiões.

PROGRAMA: Desenvolvimento da Agroenergia (1409)

Gerente do Programa
José Gerardo Fontelles

Gerente Executivo
João Da Silva Abreu Neto

Objetivo
Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

Público-Alvo
Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	581.177.486,00	310.783.297,00	53,47
2009	380.835.315,00	229.781.865,37	60,34
2010	176.869.477,00	112.664.663,62	63,70
2.011	115.659.105,00	37.450.118,50	32,38
TOTAL	1.254.541.383,00	690.679.944,49	55,05

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional - %	27,4	31/05/2006	31,5	31,5	32,0	31,5	29,5

Fonte: Balanço Energético Nacional, apurado pela Empresa de Pesquisa Energética / MME

Apesar da meta final já ter sido ultrapassada no primeiro ano do período, registrou-se uma desaceleração nos investimentos no setor sucroalcooleiro após o início da crise financeira de 2008, provocando o envelhecimento e queda de produtividade dos canaviais. Com isto a produção do etanol vem crescendo menos que o consumo de combustíveis, perdendo espaço para a gasolina a partir de 2011. É preciso oferecer linhas específicas de financiamento para a renovação dos canaviais e modernização das usinas, para reverter a situação.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

Dentro das ações de apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agroenergéticas foram capacitados profissionais de 30 associações e cooperativas de produtores rurais, além de técnicos das cadeias produtivas agroenergéticas, envolvendo mais de 700 agentes.

O Programa deu apoio à realização da “II RSPO Latin America Conference” que ocorreu no Brasil (Belém/PA), e contou com a participação de todos os membros da *“Roundtable On Sustainable Palm Oil - RSPO*”, para discutirem os critérios internacionais de sustentabilidade para que a produção de óleo de palma ocorra dentro de parâmetros pré-estabelecidos de certificação. O Setor foi marcado pelo lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, criado com o objetivo de expandir a produção de modo social e ambientalmente sustentável.

Foram divulgados os estudos relativos às pesquisas para o processo de domesticação do pinhão manso, realizada com o objetivo de acompanhar e compartilhar os resultados das unidades de observação em cinco localidades (Maranhão (2), Mato Grosso, Minas Gerais e Pará).

Foi implementada a construção da sede da Embrapa Agroenergia, com 9.490,1 m2.

A realização da avaliação do potencial de terras para a produção de dendê em regime de sequeiro e o zoneamento, em escala de um para 250 mil, a partir das características físicas, químicas e mineralógicas e de estudos sobre risco climático, no Estado de Pernambuco, indicou a existência de 248 mil ha, dos quais 135 mil ha com média a alta aptidão para esse cultivo.

O Programa deu apoio à Embrapa Cerrados para avaliação agronômica, econômica e estabelecimento de parâmetros de manejo de água na irrigação de dendezeiros cultivados em áreas sub-ótimas do Estado do Tocantins e Distrito Federal.

O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural da CEPLAC prestou assistência direta a uma área de 12.502 hectares cultivadas com dendê, envolvendo 2.100 famílias de agricultores familiares na qualificação do processo produtivo de óleo de palma para produção de biocombustível.

Também foram avaliados segundo seu potencial de produção de biomassa, genótipos de capim elefante para uso como fonte renovável de energia, na presença de baixos níveis de adubos de origem fóssil, para garantir um saldo positivo no balanço energético.

Foram realizados estudos, referentes ao projeto de mapeamento de macrorregiões de ocorrência natural de macaúba (Acronomia aculeata), com o objetivo de identificar a ocorrência da espécie no Estado de Minas Gerais e noroeste do Estado de Goiás. Além do mapeamento também foram realizados um workshop e dia de campo sobre o processamento e aproveitamento da cultura.

Aconteceram, no período, duas edições do “Ethanol Week”, recebendo 112 delegados e técnicos de governo de 58 países, para apresentar a experiência brasileira com a produção e uso de biocombustíveis.

Apoio ao MRE nas negociações no âmbito da “Global Bioenergy Partnership GBEP”, fórum multilateral criado no âmbito do G-08, para elaborar um referencial para a produção e uso sustentável da bioenergia, e dar suporte aos formuladores de políticas públicas dos países interessados.

Publicação do *White Paper*, documento estabelecendo os princípios básicos para a padronização técnica dos biocombustíveis (etanol e biodiesel), elaborado conjuntamente por instituições do Brasil, da União Européia e dos Estados Unidos, no âmbito da “Global Bioenergy Partnership – GBEP”, em torno do seu escopo de trabalho (elaboração de um referencial para a produção e uso sustentável da bioenergia, que possa orientar os governos dos países interessados em investir nessa área e queiram aderir voluntariamente a essa iniciativa), bem como, sobre a primeira lista de critérios de sustentabilidade.

Realização da primeira etapa do Programa de Cooperação em Combustíveis Renováveis, visitando sete países da África Austral para apresentar o Zoneamento Agroecológico como instrumento para a produção sustentável dos biocombustíveis. As sete palestras contaram com público total superior a 300 participantes, em sua maioria técnicos de governo.

Instalação e início dos trabalhos do Comitê responsável pela elaboração da norma de Sustentabilidade dos Biocombustíveis no âmbito da Organização internacional de Padronizações ISO. Comitê foi formalmente instalado em abril de 2010, com prazo de quatro anos para conclusão da norma.

Implementação do Memorando de Entendimentos com os Estados Unidos,que vem fortalecendo o intercâmbio na área de pesquisa (visitas mútuas de pesquisadores aos centros de referência de ambos os países). Efetuada parceria com vistas à realização de estudos de viabilidade técnica para a produção de biocombustíveis em quatro países da América Latina e Caribe.

Dentro da ação Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis – foram apoiados 24 projetos no período 2008-2011.

PROGRAMA: Desenvolvimento da Economia Cafeeira (0350)

Gerente do Programa
Jose Gerardo Fontelles

Gerente Executivo
Edilson Martins Alcântara

Objetivo
Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.

Público-Alvo
Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	2.553.002.713,00	2.239.263.397,00	87,71
2009	2.543.200.053,00	1.717.177.629,71	67,52
2010	2.845.867.291,00	1.614.074.771,56	56,72
2.011	2.714.773.270,00	1.724.970.715,52	63,54

Total do Período	**10.656.843.327,00**	**7.295.486.513,79**	**68,46**

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Consumo Interno de Café - milhão de sacas	13,6	01/2003	18,1	18,6	19,3	19,7	20,1
Volume de Produção de Café - milhão de sacas	29,0	01/2003	46,0	39,5	48,1	43,5	38,8
Volume de Exportação de Café - milhão de sacas	17,3	01/2003	29,5	30,5	33,5	33,6	26,6

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Café – Abic

A evolução dos indicadores mostra que o Programa apresentou ótimos resultados, alcançando e superando as metas previstas para o final do PPA.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

O Programa apresentou regularidade na execução física das ações, com destaque para as ações de Financiamento, Promoção, Conservação dos estoques e Pesquisa. O financiamento para custeio, investimento e pré-comercialização de café teve o seu ponto alto em 2008 quando foram assinados 28.449 contratos no valor de R$ 2,19 bilhões. Esses recursos foram distribuídos para custeio, colheita, estocagem e aquisição de café em 15 Estados. Em 2009, embora o valor do crédito concedido tenha caído para R$ 1,65 bilhões com 22.261 contratos, foi dirigido para as mesmas finalidades acrescidas de recuperação das lavouras, atendendo a 16 Estados. Em 2010, o valor do financiamento foi de R$ 1,5 bilhões com 19.952 contratos. O aspecto positivo a ser ressaltado em 2010 foi o retorno dos financiamentos concedidos com recursos do Funcafé em decorrência de contratos para a aplicação

e administração desses recursos firmados entre o MAPA/SPAE/FUNCAFÉ e as instituições financeiras operadoras do Fundo. Houve um retorno de R$ 2,41 bilhões referente ao valor principal e demais encargos, inclusive aqueles recursos recebidos como Dação em Pagamento do Banco do Brasil, por força da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24/08/2001.

Objetivando promover os Cafés do Brasil no país e no exterior foram realizados eventos como Seminários, Concursos de Qualidade, Feiras e Exposições, participação em feiras internacionais nos Estados Unidos, Alemanha e Japão, cujos resultados trouxeram indiscutivelmente benefícios diretos e indiretos para todo agronegócio café. Tais eventos proporcionaram aos participantes acesso a informações atuais e precisas sobre o setor; conscientização para a produção com qualidade, agregando valor ao produto e aumentando a renda dos cafeicultores; resgate, preservação e divulgação da memória histórica, social e cultural do agronegócio café; conscientização do uso racional de energia e água, manejo e custo de irrigação, difusão de modelos tecnológicos de sistemas de irrigação, entre outros. Além das participações em feiras e eventos foram efetuadas campanhas publicitárias sobre o consumo do café nos meios de comunicação (rádio, televisão,revistas jornais, cinemas e internet). Todo este esforço culminou com o aumento do consumo interno e das exportações.

Os estoques reguladores de café decresceram de 521 mil sacas em 2008, para 368 mil sacas em 2011, enquanto a produção superou a meta para o final do PPA (38,8 milhões de sacas) desde o primeiro ano de execução do programa.

Foram desenvolvidas 449 ações e atividades de pesquisa, durante o período do PPA, dentre as quais se destacam estudos realizados nas áreas de preservação ambiental, biotecnologia, genética, fisiologia vegetal, pragas e doenças, dentre outras. Ações como o desenvolvimento de uma biofábrica, com o objetivo de produzir, em larga escala, mudas clonais de café arábica, por meio de embriogênese somática, permitindo a distribuição comercial aos agricultores de mudas de café a partir da propagação vegetativa do *Coffea arábica;* a produção e adaptação de tecnologias para a secagem do café com o objetivo de promover a agregação de

valor ao produto na etapa pós-colheita, para regiões características de cafeicultura familiar, são resultados de pesquisas realizadas .

PROGRAMA: Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional (1437)

Gerente do Programa
Célio Brovino Porto

Gerente Executivo
Lino Luiz da Motta Santo Colsera

Objetivo
Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

Público-Alvo
Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	4.060.469,00	3.190.796,00	78,58
2009	5.100.000,00	2.904.834,41	56,96
2010	6.100.000,00	4.453.070,78	73,00

2.011	6.100.000,00	4.667.598,24	76,52
TOTAL	21.360.469,00	15.216.299,43	71,24

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários % (*)	4,1	12/2005	5,1	4,6	4,7	5,2	5,4
Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio % (**)	13,4	12/2006	22,9	-9,8	18,0	23,7	8,0

Fontes :(*) Organização Mundial do Comércio – OMC
(**) MAPA

Em 2008, a taxa de participação do Brasil no mercado mundial de produtos agropecuários foi de 5,1%, caindo em 2009 para 4,6% devido à crise econômica mundial; em 2010 estabilizou-se e atingiu 5,2% em 2011, recuperando a participação que tinha em 2008, mas sem alcançar a meta final do PPA que era de 5,4%. O comportamento deste indicador reflete um resultado bastante positivo para o país. Devido ao forte ritmo de crescimento das exportações do agronegócio do Brasil, que superou a taxa média de crescimento do comércio mundial, o *market share* brasileiro elevou-se em 1,1 pontos percentuais no período 2008-2011, ou seja, passou de 4,1% (índice de referência) para os já mencionados 5,2% de participação no comércio mundial do agronegócio.

A taxa de variação anual das exportações do agronegócio teve um comportamento semelhante ao longo do período, com 22,9% em 2008, caindo -9,8% em 2009, como resultado da forte crise econômica mundial, que derrubou a cotação internacional da maioria das *commodities*; elevou-se para18% em 2010 e para 23,7% em 2011.

O valor das exportações do agronegócio brasileiro passou de US$ 71,8 bilhões em 2008 para US$ 94,6 bilhões em 2011.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

O trabalho de conquista de novos mercados e manutenção dos mercados atuais tem demandado grande esforço. Dentre as ações que mais contribuíram para a obtenção dos resultados estão as missões comerciais para o agronegócio e a promoção do agronegócio no exterior.

No período 2008-2011 foram realizadas ou apoiadas 326 missões comerciais internacionais para o agronegócio, envolvendo cerca de R$ 4,3 milhões. Foram realizadas negociações bilaterais e concluídas com êxito negociações de exigências sanitárias e fitossanitárias que permitiram o acesso de produtos agropecuários brasileiros a diversos países. Foi um trabalho intenso de identificação de exigências de cada mercado e das preferências dos consumidores que permitiu a exportação de produtos de maior valor agregado ou de maior valor específico(preço/kg). Foram também importantes as negociações regionais no âmbito do MERCOSUL com terceiros mercados e o acompanhamento de missões estrangeiras no Brasil.

As ações de promoção exigiram também um grande esforço para a melhoria da imagem externa e de divulgação de indicações geográficas e de marcas nacionais. O "Programa para Diplomatas Estrangeiros no Brasil" com visita ao Centro de Melhoramento Genético de Bovinos em Uberaba, teve o objetivo de mostrar como é feito o trabalho de melhoramento do rebanho nacional.

O "Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro" realizado com o objetivo proporcionar aos servidores de postos brasileiros no exterior a oportunidade de compreender melhor a dinâmica, funcionamento, o nível de desenvolvimento e a importância do agronegócio, percebendo-o como destacado setor da economia brasileira, não apenas no seu aspecto doméstico, resultando na criação de empregos, importância social e regional, como a sua relevância na balança comercial do país, particularmente em relação às exportações.

Mas as ações de promoção não se limitaram apenas à divulgação externa do agronegócio. Elas têm procurado mostrar as oportunidades do mercado ao exportador de menor porte e o potencial exportador de produtos de menor presença na pauta exportadora brasileira.

A organização das cadeias produtivas do agronegócio foi também uma preocupação do Programa que realizou vários “Seminários do Agronegócio para Exportação (AgroEx)” e de dois “Cursos de Integração do Agronegócio para Exportação – (AgroInt)” com o objetivo de formar uma cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação.

A preparação de Informes de mercados é uma atividade de grande relevância para a área. No período foram elaborados diversos informes para parceiros comerciais brasileiros. Também foi realizada a apuração e divulgação mensal dos resultados da balança comercial do agronegócio.

PROGRAMA: Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau (0362)

Gerente do Programa
Jay Wallace da Silva e Mota

Gerente Executivo
Elieser Barros Correia

Objetivo
Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão de obra e sustentabilidade ambiental.

Público-Alvo
Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau.

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	28.547.224,00	17.596.007,00	61,64
2009	46.336.789,00	16.038.369,03	34,61

2010	31.365.721,00	17.938.151,82	57,19
2.011	30.998.562,00	16.433.381,25	53,01
TOTAL	137.248.296,00	68.005.909,10	49,55

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil – % (*)	30,0	12/2002	37,0	36,0	38,6	27,8	40,0
Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil - R$/ há (**)	650	12/2002	978	1.363	1.543	1.766	1.300
Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil – % (***)	40,0	12/2002	34,0	27,0	33.0	37,1	25,0

Fontes: (*)Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese
(**) CEPLAC e IBGE
(***) CEPLAC, IBGE e IBAMA

Durante o período 2008-2011 a taxa de ocupação agropecuária das regiões cacaueiras do Brasil evoluiu de 30% (referência) para 37%, 36% e 38.6% respectivamente, nos três primeiros anos do período, caindo para 27,8% em 2011, ficando aquém da meta de 40% prevista para o final do PPA. Uma explicação para essa queda em 2011 está no surgimento de grandes obras, a exemplo das usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, assim como o debate e mobilização para a obra de Belo Monte no Pará, que influenciaram a dinâmica do emprego rural, nessas regiões.

No mesmo período a renda agropecuária das regiões cacaueiras do Brasil evoluiu de R$ 650,00 (referência) para R$ 978,00 em 2008, e para R$ 1.766,00 em 2011,

superando a meta de R$ 1.300,00 ao final do PPA. O percentual de incremento de 35,84% sobre o valor final programado é explicado pelo aumento dos níveis de produtividade, em particular no estado do Pará e pela estabilização dos preços do cacau para o produtor.

A taxa de degradação ambiental nas regiões cacaueiras do Brasil não teve uma evolução satisfatória. Partir da referência de 40%, caiu para 27% em 2009, elevando-se depois para 37,1% em 2011, bem distante da previsão de 25% para o final do PPA.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

Os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, no âmbito da CEPLAC e os eventos sobre transferência de tecnologia atingiram um público-alvo superior a 200 mil produtores rurais no período 2008-2011, com atendimento direto nas unidades produtivas, contemplando uma área de aproximadamente dois milhões de hectares. O enfoque do trabalho foi na modernização do parque produtivo do cacau e dos demais sistemas agrossilvipastoris das regiões produtoras de cacau.

Com relação à cultura do cacau, um passo importante foi a repactuação das dívidas dos produtores dessa cultura e a formalização do programa de recuperação da economia cacaueira. A edição da Lei nº 11.249/2010 consolida a repactuação das dívidas dos produtores de cacau da Bahia e Espírito Santo, prorroga prazos e suspende execuções fiscais relativas a produtores inscritos na Dívida Ativa da União, bem como aumenta os níveis de rebate da dívida, nas respectivas tabelas de desconto do ”PAC do Cacau” e, finalmente, prorroga o prazo para contratos inadimplentes anteriores a 2010, no âmbito do Programa Especial de Securitização Agrícola - PESA. A Resolução nº 3.917 do Conselho Monetário Nacional - CMN, emitida em 28/12/2010, permite ainda que as parcelas vencidas do PESA, em 2010 e anos anteriores, sejam pagas com descontos significativos traduzidos em bônus de até 80% de acordo com o enquadramento do produtor.

Na Amazônia, desenvolveu-se um esforço de cooperação com diversos ministérios, no âmbito do Projeto Mutirão Arco Verde Terra Legal, nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia, para a elaboração de planos de contingenciamento com objetivo

de evitar a entrada da *Monilíase* do cacaueiro no Brasil, visando a proteger a cacauicultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados à entrada, dispersão e estabelecimento dessa doença em território brasileiro.

O Monitoramento e controle da doença vassoura de bruxa em 543 mil hectares de cacaueiros infestados, com manutenção dos já clonados e em processo de recuperação pela introdução de cultivares mais tolerantes e produtivos. Além dos 40 cultivares resistentes recomendados na clonagem dos cacaueiros, outras 85 tecnologias são trabalhadas no controle integrado dessa doença. Dentre outras atividades foram indicados 7 novos clones resistentes para plantio em pequena escala pelos produtores.

No âmbito da pesquisa, dentro da estratégia definida para o controle da doença vassoura de bruxa e outras enfermidades do cacaueiro, continuaram os estudos científicos para a identificação e validação de novos atributos à série de clones tolerantes às doenças, com destaque para a geração de clones auto compatíveis e de alta produtividade. Os avanços na validação de tecnologias de controle biológico, como a criação do biofungicida Tricovab com alto potencial de controle ao fungo, sem resíduos químicos, bem como a continuação do sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacau*, permitem uma nova geração de biocontrole.

Consideráveis avanços foram realizados na área de Biotecnologia, incluindo-se a identificação de um dos genes responsáveis pela resistência à vassoura-de-bruxa do cacaueiro, bem como a identificação de outros genes potenciais, que podem aumentar a durabilidade da resistência a esta enfermidade. Juntamente com o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento - CIRAD, na França, continuam os estudos de seqüenciamento do genoma do cacaueiro e do patógeno da vassoura de bruxa.

Com relação à melhoria da qualidade do cacau brasileiro, foram orientadas técnicas sobre colheita e beneficiamento do produto e além da classificação do cacau produzido, com vistas a enquadrá-lo num padrão de qualidade adequado à demanda da indústria chocolateira, assim como no monitoramento do cacau importado (no último exercício foram classificados de 2 milhões de sacos de cacau importado).

A ampliação e funcionamento, na Bahia, da unidade piloto de tecnologia da produção - pesquisas em processamento de chocolate e desenvolvimento de equipamentos, um salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de

produtores e da qualificação de mão de obra. A agregação de valor ao cacau por meio da difusão de tecnologia de processamento, com fomento a investimentos da iniciativa privada em fábricas de chocolate com matéria-prima de qualidade.
A certificação orgânica e a produção de cacau fino de qualidade Premium vem sendo fomentada, com a conseqüente agregação de valor à cadeia do cacau.

No plano internacional, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores - MRE, garantiu-se a participação nos fóruns de articulação técnico-político dos países produtores de cacau, para alinhamento de estratégias do setor, marcando a posição do Brasil em defesa de seus interesses, por intermédio de parcerias Sul-Sul. Registrou-se representação nos seguintes eventos internacionais em 2010:

Com relação aos demais sistemas agrossilvipastoris das regiões produtoras de cacau, foi realizada a qualificação profissional de 40 mil trabalhadores, agricultores e outros agentes do agronegócio regional em técnicas de cultivos, criações e processos diversos de aproveitamento da agropecuária, bem como de gestão das unidades produtivas e melhoria da qualidade dos produtos.
No setor da Agroenergia, avançou-se na superação de obstáculos para a utilização do óleo de dendê, proveniente de 13.096 hectares cultivados por agricultores familiares, como matéria-prima para a produção de Biodiesel, na produção de sementes/mudas e na avaliação dos níveis de acidez do óleo. Foram produzidas 250.000 mudas e sementes germinadas de dendê de alta produtividade, já distribuídas às famílias de agricultores. Está sendo ampliado o campo de produção de sementes com mais 20 ha na Bahia e instalado um de 40 ha no Estado do Pará.
Concluiu-se o georeferenciamento de 1.609 propriedades rurais produtoras de dendê e de 234 unidades artesanais de extração de óleo, o que permitirá difundir as boas práticas de manejo da lavoura e de processamento do dendê, além da ampliação de um banco de germoplasma de dendê no Sul da Bahia e outro em estágio de implantação no Pará.
Manutenção e gerenciamento de 132 projetos de pesquisa & desenvolvimento com execução e validação para 112 ensaios de pesquisas em linhas diversas da agropecuária das regiões cacaueiras, realizados tanto nos Centros de Pesquisas e Estações Experimentais localizadas em cada Bioma, como em parcerias com produtores em suas propriedades. Validação também de 146 tecnologias

trabalhadas em especialidades diversas do cacau (melhoramento genético, biotecnologia, fisiologia da produção, socioeconômica, manejo de solo, manejo integrado de pragas e recursos ambientais) e outras 48 tecnologias abrangendo cultivos tropicais e criações diversas

Produção e distribuição de 24 milhões de propágulos de espécies vegetais diversas: garfos para enxertia, sementes e mudas de cacau e outras espécies, além da coleta e distribuição de 1 milhão de sementes de essências nativas, em parcerias com os governos da Bahia e do Pará.

PROGRAMA: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (1442)

Gerente do Programa
Erikson Camargo Chandoha

Gerente Executivo
Francisco Alves De Lima Júnior

Objetivo
Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.

Público-Alvo
Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	24.656.251,00	18.790.057,00	76,21
2009	21.624.216,00	8.758.258,37	40,5
2010	21.445.000,00	6.501.416,63	30,32

2.011	58.796.985,00	2.592.683,14	4,41
TOTAL	126.522.452,00	36.642.415,14	28,96

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira - % (*)	0,08	02/2003	0,0	0,19	0,20	0,24	0,21
Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo - % (**)	21,1	06/2003	32,4	36,5	32,5	40,0	32,5
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas - % (***)	0,60	12/2002	1,8	1,6	2,5	0,0	2,6
Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira - % (*)	0,51	12/2006	0,51	0,51	0,63	0,62	0,60
Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional - Unidade por ano (****)	1.000	07/2007	1.319	1.473	1.658	1.830	1.750

Fonte: (*) SDC / MAPA

(**) Órgãos de Pesquisa e Assistência Técnica Estaduais.

(***) Siscomex e FAO

(****) Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – Inpi / Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - Embrapa / Sistema Nacional de Proteção de Cultivares – SNPC/MAPA

O índice de participação dos alimentos orgânicos na produção agropecuária brasileira teve uma evolução lenta porém consistente no período em análise, superando a meta prevista no PPA. A partir de Janeiro de 2010, exigiu-se a adequação de todos os produtores à legislação brasileira da produção orgânica, provocando uma reorganização do mercado. Acredita-se que, com ganhos de transparência e qualidade, será possível que a demanda se expanda ainda mais.

A taxa de utilização e manejo adequados do solo é outro indicador que apresentou excelentes resultados, praticamente atingindo o valor previsto para o final do período já no primeiro ano, ultrapassando-o em 7,5 pontos percentuais em 2011.

Já a taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas mostrou um crescimento satisfatório, alcançando em 2010 o percentual previsto para final do PPA. O valor da taxa de 2011 não estava disponível quando este documento foi elaborado, mas acredita-se que superará a meta prevista.

Outro indicador a mostrar uma evolução satisfatória foi a taxa de participação de sócios de associações rurais e cooperativas na população brasileira, que elevou-se de 0,51% em 2008 para 0,62% em 2011, superando em pouco a meta de 0,60%.

O número de tecnologias protegidas no âmbito do agronegócio nacional cresceu, a partir de um índice de referência de 1.000 unidades em 2007 para 1.319 em 2008, alcançando as 1.830 unidades em 2011, ultrapassando em 4,5% a meta estabelecida para o final do PPA. Isto se deve à demanda crescente pela proteção de novas variedades vegetais pelas Instituições de pesquisa em melhoramento de plantas no país, sejam nacionais ou estrangeiros e pelo aumento do número de descritores mínimos necessários para a proteção, o que possibilita o ingresso de novas espécies no Sistema de Proteção.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

Os principais resultados obtidos pelo Programa são satisfatórios, considerando o contingenciamento de recursos orçamentários cuja execução financeira (realizado) foi de 76,2% do previsto em 2008 e caiu para apenas 4,4% em 2011.

Destacam-se dentre as principais ações realizadas: a Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica que em 2008 atendia a 5.000 unidades e em 2011 alcançou 14.731 unidades; a implantação, a partir de 2010, da legislação brasileira

da produção orgânica, elaborada após amplo debate social para a definição dos regulamentos técnicos para a produção de orgânicos; o Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas e Pecuárias com o envolvimento de cerca de 9.850 pessoas; e o Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas, com atendimento a cerca de 9.600 pessoas. A organização de sistemas de produção sustentáveis com a promoção de boas práticas na agricultura e na pecuária; para a conservação do solo; para a gestão integrada de microbacias hidrográficas; para a integração lavoura, pecuária e florestas – ILPF; a recuperação de áreas degradadas; o desenvolvimento de ferramentas para levantamento de dados geográficos para fins de modelagem e constituição de sistemas de informações geográficas, o desenvolvimento da agricultura de precisão em território nacional, da biotecnologia agropecuária favorecendo a segurança alimentar e sustentabilidade da agropecuária brasileira e divulgação dos projetos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A ação “Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo” assistiu a 2.766 entidades no período, favorecendo a seus associados.

As atividades relativas ao Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar passaram por alterações normativas importantes e um recadastramento de rebanhos com novas conformidades para certificação.

PROGRAMA: Minimização de Riscos no Agronegócio (0365)

Gerente do Programa
Caio Tibério Dornelles Da Rocha

Gerente Executivo
Luiz Antonio Correa Da Silva

Objetivo
Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos

Público-Alvo

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	220.105.887,00	191.999.548,00	87,23
2009	331.912.468,00	222.887.603,80	67,15
2010	397.872.795,00	309.803.679,30	77,87
2.011	479.301.318,00	299.785.084,28	62,55
TOTAL	1.429.192.468,00	1.024.475.915,38	71,68

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo - % (*)	79,0	12/2002	88,0	87,0	87,0	87,0	92,0
Percentual de Área Segurada - % (**)	1,9	05/2005	7,4	7,1	12,6	8,6	26,0
Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no PROAGRO - % (***)	16,0	10/2006	8,8	15,0	1,0	17,3	14,0
Taxa de Adesão ao PROAGRO - % (****)	23,0	07/2002	56,1	49,0	68,3	58,1	52,0

Fonte: (*)Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet

(**)Secretaria de Política Agropecuária – SPA

(***)Banco Central do Brasil – BACEN

(****)Recor/Bacen e Comissão Especial de Recursos - CER/Proagro

Os indicadores desse Programa tiveram desempenhos bastante variados no período do PPA. O indicador “Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo” não alcançou o percentual de 92% previsto para 2011, mas manteve-se em 88% no primeiro ano e 87% nos últimos três anos, garantindo uma meta de acerto compatível com os padrões de qualidade, estabelecidos pela norma ISO 9001.

O indicador “Percentual de Área Segurada” teve uma trajetória decepcionante comparado com a meta prevista de alcançar uma área segurada de 26%, levando-se a crer que ela foi superestimada. Partindo de um índice de referência de 1,9%, alcançou um percentual superior a 7% da área cultivada do país nos dois primeiros anos do PPA, atingindo 12,6% em 2010, caindo para 8,6% em 2011. Embora distante da meta, o indicador mostra uma evolução significativa para os seis anos do Programa. Esse indicador é fortemente dependente da ação “Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural” cujos recursos sofreram atrasos de liberação e contingenciamento no período, o que explica em parte os resultados.

O indicador “Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro” apresentou alta variação no período analisado. Houve uma grande redução de perdas (8,8%) em 2008, em relação ao índice de referência (16%), entretanto, essas perdas quase duplicaram no ano seguinte (15%), embora ainda permanecesse abaixo do da referência. Em 2010, ano de clima muito favorável às atividades agrícolas, o indicador caiu para 1%. As adversidades climáticas ao longo de 2011 exerceram forte influência sobre a produtividade das lavouras, principalmente na Região Centro-Sul, elevando o total de comunicado de perdas para 17,3% de todas as operações enquadradas no Proagro, sendo que, a forte geada de junho e estiagem de novembro/dezembro, ambos na região sul, foram responsáveis por praticamente 94% dos eventos registrados.

O indicador “Taxa de Adesão ao Proagro”, também apresentou uma trajetória variável no período do PPA. Partindo de uma linha de base de 23%, alcançou 56,1% em 2008, caindo para 49% em 2009; no ano seguinte, elevou-se para 68,3%, voltando a cair em 2011, quando 58,1% dos contratos de custeio agrícola tiveram adesão ao PROAGRO. Esse decréscimo deve-se provavelmente ao bom desempenho das lavouras em 2010, resultado das condições climáticas favoráveis às atividades agrícolas. Embora variável de ano para ano, o indicador alcançou e

superou a meta prevista para o final do PPA.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

Na tentativa de mitigar os riscos inerentes às atividades rurais, o Programa induz o uso de tecnologias atualizadas, com o aperfeiçoamento das informações meteorológicas, dos estudos do zoneamento agrícola e de uso do seguro rural. Neste sentido, proporcionou garantia securitária para o produtor rural contra os eventos climáticos adversos, beneficiando cerca de 187mil produtores com a subvenção ao prêmio do seguro rural, utilizando R$ 836,9 milhões, dando cobertura para 26,7 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R$ 30,8 bilhões no período do PPA.

Foram realizados 1.298 estudos de zoneamento agrícola com publicação de 1.737 portarias de zoneamento agrícola (sendo 302 em 2008, 406 em 2009, 459 em 2010 e 570 em 2011) contendo o calendário agrícola das culturas, com indicativos de datas de plantio, por município, por tipo de solo e as cultivares indicadas por região, de forma a minimizar as perdas das lavouras devido às adversidades climáticas, com ampla divulgação ao público-alvo.

A coleta e a divulgação das informações meteorológicas possibilitaram o monitoramento e o zoneamento agroclimático, nas ações de previsão de safras, minimização de perdas e informações diretamente aos agricultores e aos agentes financeiros, na adoção de medidas preventivas para a diminuição dos riscos potenciais na agricultura. A rede meteorológica é composta de 768 estações, das quais 465 automáticas, 291 convencionais e 12 de rádio sondagem.

Foram produzidos e divulgados cerca de 42.500 boletins meteorológicos no período deste PPA, de uma meta prevista de 29.966. Cabe ressaltar também a manutenção de parceria com os serviços de meteorologia da Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, com o apoio da Organização Meteorológica Mundial, da Agência Estatal de Meteorologia da Espanha e do Meteo France. Essa parceria propicia ações coordenadas entre os países que estão submetidos aos mesmos fenômenos meteorológicos adversos e climáticos, permitindo melhorias na qualidade das previsões e o aprimoramento do monitoramento desses fenômenos, com maior articulação e ação mais eficaz das suas instituições de Defesa Civil.

Foram realizados os julgamentos de 19.326 recursos impetrados por produtores rurais junto à Comissão Especial de Recursos – CER, referentes às operações de crédito de custeio amparadas pelo PROAGRO, propiciando aos mutuários a quitação de seus créditos de custeio agrícola.

PROGRAMA: Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial Para a Inserção Social (1161)

Gerente do Programa
Pedro Antônio Arraes Pereira

Gerente Executivo
Antonio Eduardo Guimarães Reis

Objetivo
Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltadas aos empreendimentos de pequeno porte.

Público-Alvo
Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica.

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	15.260.598,00	14.710.765,00	96,4
2009	14.479.397,00	11.131.520,59	76,88
2010	63.506.551,00	19.690.529,91	31,01

2.011	36.034.975,00	14.445.977,79	40,09
TOTAL	129.281.521,00	59.978.793,29	46,39

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para Inserção Social – unidade (*)	458,0	04/2009			827,0	384,0	1.258,0
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano – unidade (**)	79.426,0	04/2009			93.442,0	75.326,0	79.426,0
Índice médio de impacto social das tecnologias geradas e avaliadas no ano - número-índice (**)	3,1	04/2009			2,4	2,1	3,1

Fonte: (*)Embrapa - Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades - SAU
(**)Embrapa - Balanço Social Anual

Os indicadores desse Programa foram modificados em 2009. Analisando apenas os dois anos disponíveis pode-se verificar que todos tiveram uma trajetória declinante em 2011, embora em 2010 o indicador número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano tenha ultrapassado em 17,6% o número previsto para o final do PPA.

O indicador número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para inserção social, alcançou 65,7% e 30,3% dos números previstos para o final do PPA respectivamente nos anos de 2010 e 2011.

O índice médio de impacto social das tecnologias geradas e avaliadas no ano, alcançaram 77,4% e 67,8% da meta do PPA, nos anos de 2010 e 2011 respectivamente.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

As ações desse Programa são voltadas para a inserção social de produtores de pequena escala, agricultores familiares e comunidades rurais.

A ação “pesquisa e desenvolvimento em sistemas integrados de produção aplicáveis a processos produtivos”, produziu cerca de 100 pesquisas, aplicando recursos da ordem de R$ 11,6 milhões. Dentre as pesquisas realizadas no âmbito dessa ação estão: a mucilagem fenada do sisal com uréia pecuária para alimentação de ruminantes, como alternativa para evitar os problemas resultantes do pastejo direto e intensivo dos animais em campos de sisal, otimizando o consórcio desta cultura com a pecuária; é o fornecimento de parte dos resíduos sólidos do desfibramento da folha (mucilagem) na alimentação dos animais. Esta metodologia é uma forma simples de aproveitamento racional da mucilagem fenada que, associada à uréia pecuária, constitui-se em uma solução valiosa para alimentação do rebanho na região sisaleira do Nordeste brasileiro, sobretudo em períodos críticos de escassez de pastagens. O desenvolvimento e lançamento de um inseticida natural a base de caolim voltado à produção de algodão orgânico. A pesquisa está sendo validada junto a pequenos produtores da região nordeste que produzem o algodão agroecológico em regime de agricultura familiar. Outros dois bioinseticidas foram desenvolvidos: “Ponto Final”, contra lagartas que atacam diversas culturas agrícolas e “Fim da Picada”, eficiente contra a picada do mosquito conhecido popularmente como borrachudo. O projeto também gerou três patentes e um total de 114 publicações, entre artigos, capítulos de livros, apresentações em congressos e artigos técnicos. Todos os bioinseticidas foram desenvolvidos em parceria com a empresa Bthek Biotecnologia a partir de bactérias específicas para controlar os insetos-alvo. Os bioinseticidas são inofensivos à saúde humana, de animais e ao meio ambiente e representam uma promessa para o controle de doenças e pragas agrícolas no futuro. Graças a esse projeto, o Brasil, antes dependente de tecnologia importada para combater insetos e pragas agrícolas, é hoje detentor de tecnologia de produção de bioinseticidas,

baseada em material oriundo do germoplasma brasileiro e desenvolvido com tecnologia nacional.

A ação “pesquisa e desenvolvimento para diferenciação e agregação de valor à produção extrativista, agropecuária e agroindustrial de pequena escala” tem como exemplo dentre as 129 desenvolvidas, o aperfeiçoamento de boas práticas extrativistas para a castanha-do-brasil no Estado do Acre - desenvolvimento de um sistema de secagem para a castanha-do-brasil *in natura*, voltada para a produção comunitária na floresta. Outro exemplo foi a disponibilização de mais de 70 cultivares, híbridos e clones, a maior parte contemplando variedades e híbridos de milho os quais buscam aumento de produtividade, adaptabilidade a condições edafoclimáticas específicas ou atendimento a necessidade de diferenciação do produto, visando a incrementar a diferenciação e a agregação de valor à atividade extrativista e agroindustrial do país. Essa ação aplicou cerca de R$ 20,9 milhões de recursos orçamentários. A produção de um um kit de ordenha manual adaptado para a caprinocultura leiteira a partir de um existente para bovinos. Destina-se aos produtores de base familiar da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e têm o objetivo de melhorar a qualidade do leite com medidas simples de higiene capazes de reduzir significativamente a contagem bacteriana e de células somáticas no leite.

A nova cultivar de batata, BRS Clara, deve se constituir numa das boas opções aos produtores de todo o País que hoje importam semente devido à falta de materiais genéticos de alta qualidade culinária e desempenho de lavoura genuinamente brasileiros. A cultivar apresenta resistência a requeima, doença que compromete grande parte da produção além de depreciar o produto e aumentar os custos de produção, com reflexos para os consumidores. Aliada à resistência, a nova cultivar apresenta boa aparência de tubérculo, que pode ser comparada com as principais cultivares em uso no mercado brasileiro.

A ação “pesquisa e desenvolvimento para a sustentabilidade de comunidades” desenvolveu 152 pesquisas, aplicando cerca de R$ 13,7 milhões. Um exemplo de resultado dessa ação é a produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania. Foram implantadas unidades comunitárias para a produção de sementes de arroz, feijão e milho, com a criação de um banco de sementes comunitário e fornecimento de orientações técnicas, não só na produção de sementes, mas também para as lavouras de produção e na gestão da propriedade. Tal processo permite o acesso a uma diversidade varietal de

sementes, à preservação de sementes tradicionais altamente adaptadas às condições locais e de alto valor sócio-cultural para as comunidades, culminando com a preservação e a valorização do espaço rural. Outro exemplo apresentado foi o desenvolvimento e construção de uma trilhadora de arroz para pequenos empreendimentos acionada pela tomada de potência (TDP) do trator, capaz de descarregar todos os grãos trilhados. A tecnologia desenvolvida se destaca pelo bom rendimento de trabalho e é capaz de trilhar 50 parcelas por hora; pela facilidade de deslocamento entre as parcelas; pela demanda menor de esforço manual e pela excelente capacidade de descarregar todos os grãos, o que evita a mistura varietal entre as parcelas experimentais.

A ação “transferência de tecnologia para a inserção social” promoveu a transferência de 387 tecnologias, envolvendo recursos orçamentários da ordem de R$ 14 milhões, procurando inserir produtores tradicionais de pequena escala em um ambiente de produção que propicie ganhos de produtividade e um maior retorno financeiro ao seu trabalho. O lançamento do selo caranguejo-verde - certificação de estabelecimentos que utilizarem a tecnologia da Embrapa para captura, estocagem e transporte de caranguejos é um exemplo de tecnologia transferida. Essa tecnologia assegura menores taxas de descarte, menor impacto ambiental e melhor bem estar dos animais, diminuindo de 25% a 55% da mortalidade para uma taxa de 5%. Esse selo garante ainda a inclusão social, já que o uso da tecnologia requer mais tempo do catador no trabalho, reduzindo, assim, as taxas de desperdício e um melhor preço, pois, há a garantia de que o caranguejo chegará vivo ao destino final. Para receber o selo, é preciso também assegurar que o animal não é resultado de trabalho infantil.

Foram implementados pelo Sistema Embrapa de Gestão, 32 projetos de P,D&I de apoio metodológico e de transferência de conhecimentos e tecnologias para a inserção social, envolvendo trigo, cereais de inverno, sorgo, amendoim forrageiro, mandioca, coco, banana, frutos de espécie nativas, conservação e manejo de recursos naturais, manejo agroecológico e produção de leite. Além disso, as parcerias realizadas contribuíram para consolidar compromissos multilaterais e para financiar parte da execução de metas.

PROGRAMA: Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio (1156)

Gerente do Programa
Pedro Antônio Arraes Pereira

Gerente Executivo
Antonio Eduardo Guimarães Reis

Objetivo
Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.

Público-Alvo

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$ 1,00

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	269.318.788,00	249.832.825,00	92,76
2009	399.811.983,00	185.164.582,09	46,31
2010	430.127.299,00	206.376.886,01	47,98
2.011	343.318.093,00	182.503.301,70	53,16
TOTAL	1.442.576.163,00	823.877.594,80	57,11

Indicador (es)

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado – reais	13,55	05/2009			9,35	8,62	13,55
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para o Agronegócio - UNIDADE	0,0	04/2009			1.258,0	1.920,0	1.258,0
Índice médio de impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano - número-índice	1,1	04/2009			0,8	0,8	1,1
Participação de sementes/ cultivares da Embrapa no mercado de Sementes Nacional (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) - percentual	21,0	04/2009		21,0	36,2	12,0	21,0

Fonte: Embrapa - Balanço Social Anual

Os indicadores desse Programa foram modificados em 2009. Analisando apenas os dois últimos anos, pode-se constatar uma redução no valor do retorno dos investimentos em pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado, de 30% em 2010 e 36,4% em 2011, respectivamente, em relação ao previsto para o final do PPA, mas ainda com retorno altamente satisfatório.

Comportamentos parecidos tiveram os indicadores: índice médio de impacto ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano, e participação de sementes/cultivares da Embrapa no mercado de sementes nacional (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo), que alcançaram em 2011 respectivamente, 73% e 57% do índice e do percentual previstos para o final do PPA.

O indicador número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para o agronegócio teve um resultado 53% superior ao previsto para o final do PPA.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

As ações desse Programa abrangem desde os investimentos em novas obras e na manutenção da infraestrutura necessárias para a realização de pesquisas até as pesquisas propriamente ditas feitas no período do PPA, ou seja de 2008 a 2011. Como exemplo das primeiras, tem-se as obras de ampliação e revitalização da infraestrutura física das unidades da Embrapa que alcançaram 552.076 m², resultado do investimento de R$ 104,5 milhões; a construção e implantação de centros de pesquisa da Embrapa com uma área de 15.936 m² e investimento de R$ 30,6 milhões. No período foram inauguradas a Embrapa Venezuela, na capital Caracas, a Embrapa Américas, na Cidade do Saber, às margens do Canal do Panamá e o Labex Coréia, na cidade de Suwon, na porção setentrional da Coréia do Sul. No mesmo período foram ampliados o quadro e as atividades da Embrapa África, do Labex EUA e do Labex-Europa, que chegou á Holanda e Inglaterra. Como decorrência do aumento de demandas e ações internacionais, o Governo Federal aprovou aumento de flexibilização para atuação da Embrapa no exterior.

Foram firmados convênios com 17 Organizações Estaduais de Pesquisas Agropecuárias – OEPAS, de todas as regiões do país, para o apoio à ampliação, à revitalização e à modernização da infraestrutura física por meio da construção de novos laboratórios, adequação das instalações existentes, recuperação de campos experimentais, de redes de informática, aquisição de equipamentos de laboratório, de informática, veículos, máquinas agrícolas e implementos, com a aplicação de R$ 167 milhões; e a aplicação de R$ 16,4milhões na manutenção da plataforma nacional de recursos genéticos.

Dentre as ações voltadas para a pesquisa propriamente dita e transferência de tecnologias merecem citação o desenvolvimento de 392 novas linhas de pesquisa agropecuária, com a aplicação de R$ 288,8 milhões, a exemplo do lançamento de cinco tecnologias referentes a metodologias de avaliação da análise de risco pelo uso de transgênicos à microbiota do solo e à fixação biológica do nitrogênio com a cultura da soja; o lançamento de um produto pré-tecnológico, o desenvolvimento de

um aparato para avaliação de bioindicadores de qualidade do solo; a geração de conhecimento sobre análise de risco de soja transgênica.

A realização de 543 pesquisas e desenvolvimentos (P&D) em biologia avançada e suas aplicações no agronegócio, com aplicação de R$ 298,7 milhões, como o desenvolvimento um Kit que permite, com uma pequena biópsia embrionária (5 a 10 células), identificar o sexo de embriões bovinos pela técnica de PCR - polimerase chain reaction (reação em cadeia pela polimerase). Esse é um método de amplificação de DNA (ácido desoxirribonucléico) sem o uso de um organismo vivo. É amplamente utilizada em laboratórios de pesquisa e clínicos, já que permite a produção automática de milhões de cópias de um único segmento de DNA em questão de horas. Foi desenvolvido e testado com bons resultados, um inoculante (biofertilizante) para a cultura do milho. Os testes foram conduzidos durante três anos consecutivos, em diferentes regiões brasileiras, utilizando as variedades desenvolvidas e adaptadas às condições de solo e clima, e os seus resultados apontam para uma redução de 50% da dose de fertilizante aplicado à cultura, sem queda de produtividade. Foi identificado um gene em plantas de café, que confere alta tolerância à seca. Ele se encontra normalmente presente em plantas de café e os pesquisadores além de identificarem o gene, conseguiram demonstrar que quando este é transferido para outras plantas, elas se tornam altamente resistentes à seca. O próximo passo é testar o seu desempenho em outras plantas de interesse agronômico, como soja, cana de açúcar e algodão.

A realização de 328 P&D em tecnologias e sistemas avançados para apoio à defesa agropecuária a um custo de R$ 37,3 milhões, como por exemplo, o desenvolvimento de estratégias para reduzir custos e impactos ambientais associados ao manejo de pragas na cultura do arroz irrigado no ecossistema de várzeas tropicais; e o desenvolvimento de metodologias de Boas Práticas Agropecuárias – BPA e sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle como ferramentas para produção de leite de cabra com qualidade, entre outros.

A realização de 413 P&D para a competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos de origem animal envolvendo R$ 55,6 milhões, tais como o primeiro clone zebuíno com registro no mundo, outorgado pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a bezerra da raça nelore, registrada com o nome de "Divisa Mata Velha TN 1". A bezerra é clone da vaca Divisa Mata Velha (BR 1000), animal de alto valor genético, cujas crias chegam a custar R$ 2 milhões. A Embrapa é pioneira no

desenvolvimento de clones bovinos no Brasil. Em 2001, desenvolveu o primeiro clone bovino da América Latina: a fêmea bovina da raça Simental "Vitória da Embrapa"; em 2003, foi produzida a "Lenda da Embrapa", da raça Holandesa, criada a partir de células de um animal morto; em 2005, nasceram "Porã" e "Potira", clones da raça Junqueira, atualmente em alto risco de extinção, com menos de cem animais em todo o Brasil. Todos os clones já têm crias, o que comprova o seu bom potencial reprodutivo e habilidade materna. A produção do novo software de análise digital, para detecção e análise de defeitos de couros bovinos - tem como objetivo definir padrões de análise de defeitos de couros animais que substituirá a avaliação subjetiva hoje realizada pelo técnico do curtume.

A realização de 394 pesquisas e desenvolvimentos em sistemas inovadores de produção para o agronegócio, a exemplo de monitoramento da sustentabilidade de sistemas de produção de pecuária de corte no Pantanal. Este projeto possibilitou caracterizar os diferentes sistemas de produção de gado de corte no Pantanal por meio de uma de lista de prováveis indicadores de sustentabilidade dos agroecossistemas naquela região, englobando parâmetros biofísicos, econômicos e sociais. Várias ferramentas e metodologias também foram geradas, tais como: metodologia para mapeamento de unidades de paisagem em nível de sub-região e fazenda, metodologia para avaliação de indicadores de qualidade dos solos, conservação de pastagens nativas, taxa de lotação, escore de condição corporal, índice de vegetação e utilização da análise DEA – Data Envelopment Analysys (Análise Envoltória de Dados) para avaliação de agroecossistemas, etc., a um custo de R$ 58,9 milhões.

A realização de 603 P&D para a competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos de origem vegetal, como um biorreator desenvolvido para clonagem de mudas e patenteado pela Embrapa que é capaz de clonar mudas de plantas com higiene, segurança e economia. O biorreator apresenta muitas vantagens em relação aos métodos tradicionais de produção de mudas, como aceleração do processo de multiplicação de plantas de interesse agronômico; adaptabilidade a diversas espécies vegetais; uniformização da produção; simplicidade de montagem; geração de produtos isentos de pragas e doenças e redução do custo total por unidade produzida. O melhoramento genético do cajueiro para produtividade, qualidade da castanha e do pedúnculo, com o lançamento de novas cultivares; o melhoramento genético da cevada, com o lançamento de novas cultivares; o desenvolvimento de

estratégias para reduzir custos e impactos ambientais associados ao manejo de pragas na cultura do arroz irrigado no ecossistema de várzeas tropicais, etc., com a aplicação de R$ 288,8 milhões.

A realização de 122 P&D para a sustentabilidade do agronegócio e sua adaptação às mudanças ambientais globais, com aplicação de R$ 44,6 milhões, a exemplo da metodologia desenvolvida com a ferramenta SIG (Sistema de Informação Geográfica), determinando a distribuição espacial de importante doença do milho, a ferrugem tropical (*physopella zeae*), no Brasil, em função dos cenários de mudanças climáticas. A recuperação de áreas degradadas em bem menos tempo do que a natureza demoraria para restabelecer a vegetação, feita através da identificação e uso de bactérias, fungos e plantas capazes de recuperar o meio ambiente, promover o retorno de animais e reabilitar todos os processos biológicos presentes anteriormente; assim, em um ano, cobre-se o solo degradado e a partir do terceiro ano já é possível observar a formação de uma nova floresta. A tecnologia de recuperação de áreas degradadas tem sido aplicada com sucesso por mineradoras como Vale (PA), Petrobras (RJ e RN), Samarco (MG), Mineração Rio do Norte (PA) e Alumar (PA), prefeituras municipais como as de Angra dos Reis, Pinheiral, Seropédica e Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro, e já está presente também no Peru.

A realização de 343 P&D para caracterização e manejo de agroecossistemas, envolvendo R$ 57,9 milhões, tais como o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (ZAECana), importante ferramenta de auxílio na definição das políticas públicas voltadas à expansão da agroindústria canavieira brasileira. A modelagem do Seqüestro de Carbono em Sistema Integração Lavoura-Pecuária comprova que o plantio direto, associado ao sistema integrado lavoura-pecuária com rotação a cada quatro anos, é a alternativa mais eficaz para o controle da emissão de gases poluentes pela agricultura, como o dióxido de carbono, o grande vilão do aquecimento global. O resultado é importante para subsidiar o programa de agricultura de baixo carbono, implementado no País pelo Ministério e a Embrapa, dentre outras.

A realização de 532 Transferências de Tecnologia TT para o desenvolvimento do agronegócio, necessárias para disponibilizar conhecimentos e informações gerados pela pesquisa e possibilitar o seu acesso pelos atores das cadeias de produção agropecuária, com a aplicação de 79.4 milhões. A execução de projetos de

transferência de conhecimentos e tecnologias envolveu os seguintes produtos: trigo, espécies forrageiras de gramíneas tropicais, alfafa, arroz irrigado, arroz híbrido, feijão de várzea, soja, espécies graníferas, trigo, milho, sorgo, café, produção de hortaliças, alho, mandioca, fruticultura tropical, melancia, caju, açaí, cupuaçu, uva, pêssego, lima ácida, bovino de corte, bovino de leite, búfalo de leite, suíno, caprino, ovino, ave, rã, minhocas, resíduo sólido de desfibramento de Sisal, fertilidade do solo, adubação, dejetos de animais.

No âmbito dessa ação, em 2010 com continuação em 2011, a Embrapa tem atuado fortemente de modo a garantir a disponibilização de conhecimento e tecnologias geradas a importantes programas de Governo. Um destes é o Programa Mais Alimentos, onde as atividades de articulação e gestão de ações de Transferência de tecnologias TT têm sido e continuarão a ser trabalhadas em conjunto com as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) e Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers). Atualmente tem-se destacado o programa voltado para a Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Nele a Embrapa participa como principal fornecedora de tecnologias voltadas para o aproveitamento e recuperação de áreas degradadas ou em processo de recuperação, para o plantio direto; a integração lavoura-pecuária-floresta; a substituição do uso de fertilizantes nitrogenados pela fixação biológica do nitrogênio e o aproveitamento de resíduos vegetais. Destaca-se também, título de exemplo, o uso do modelo digital de exploração florestal MODEFLORA; Dia-de-Campo para aprimoramento da produção de café irrigado no Cerrado; controle das doenças reprodutivas de suínos; controle sanitário e zootécnico de lotes de frangos de corte; manejo ambiental da cama de aviário; boas práticas de embarque e transporte de suínos; mapeamento de QTLs (*Quantitative Trait Loci*) em galinhas; indicação geográfica do Vale do Submédio São Francisco para mangas e uvas finas de mesa; uso de cobertura do solo para aumento de produtividade da cultura do melão, dentre outros.

Lançamento da versão beta do WebAgritec. O sistema, com acesso pela internet, permitirá aos produtores rurais e profissionais de assistência técnica e extensão rural fazerem o planejamento, a previsão e o monitoramento da produção agrícola das propriedades. O WebAgritec conta com sete módulos que permitem uma visão geral do sistema produtivo e orientam o usuário no planejamento e acompanhamento da cultura. Os módulos de zoneamento, cultivar, adubação, monitoramento, previsão, diagnóstico e multimídia contemplam, atualmente, as culturas de arroz, feijão, milho,

soja e trigo. A ferramenta busca auxiliar o profissional ligado ao setor agropecuário na tomada de decisão, reduzindo os riscos inerentes à produção agrícola. Apresenta informações sobre as épocas mais favoráveis ao plantio, ou seja, com menores riscos climáticos associados; cultivares mais apropriadas; indicações de calagem e adubação para cada cultura a partir de análises do solo; previsões e tendências das condições climáticas para um período de 15 dias; e as doenças e distúrbios nutricionais que possam surgir no decorrer da safra. O sistema vai oferecer serviços com aplicação regionalizada, como diagnósticos e alertas de pragas e doenças; dados sobre clima; condições de solo e estimativas de produção. Pela utilização via web, o sistema poderá ser usado em qualquer lugar que tenha acesso à internet, facilitando a consultoria simultânea a diversas propriedades.

PROGRAMA: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários (0375)

Gerente do Programa
Enio Antonio Marques Pereira

Gerente Executivo
Ricardo Cavalcanti

Objetivo

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Público-Alvo

Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	18.403.631,00	15.249.947,00	82,86
2009	20.088.599,00	14.830.827,09	73,83
2010	25.952.000,00	16.443.775,92	63,36
2.011	33.710.175,00	13.431.781,42	39,84
TOTAL	98.154.405,00	59.956.331,43	61,08

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Índice Médio de Eficiência Global da Atividade de Fiscalização de Material Genético Animal. - percentual %	85,0	12/2009	(*)	(*)	85,0	98,9	87,0
Taxa de Conformidade de Agrotóxicos - %	85,0	01/2004	96,0	93,0	96,0	93,0	95,0
Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas - %	83,0	12/2006	91,0	83,0	83,0	88,0	94,0

Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais - %	84,0	12/2006	96,0	83,0	89,0	84,4	95,0
Taxa de Conformidade de Inoculantes - %	61,0	12/2006	89,5	99,0	98,0	88,0	90,0

Nota: (*) O indicador foi definido em dezembro de 2009
Fonte: SDA/MAPA

Os indicadores desse programa não atingiram as metas previstas para o final do PPA, embora se aproximassem dela, à exceção do primeiro, "índice médio de eficiência global da atividade de fiscalização de material genético animal", que foi introduzido em dezembro de 2009 e ultrapassou em 13,7% a meta de 2011.

O indicador "taxa de conformidade de agrotóxicos", partindo de uma linha de base de 85% alcançou 96% em 2008 e 2010 caindo para 93% em 2009 e 2011 respectivamente, aquém dos 95% previstos como meta do PPA. A responsabilidade pela qualidade dos agrotóxicos é da indústria produtora desses insumos. O MAPA, por meio da fiscalização, procura inibir a atuação daquelas que comprometem essa qualidade com punições que vão da advertência, à cassação do registro. A estratégia de fiscalização tem sido ajustada para priorizar a atuação junto a empresas com menor índice de conformidade.

O indicador "taxa de conformidade de corretivos agrícolas" mostrou-se alta em 2008, em relação à linha de base (85%), caindo em 2009 e 2010 para 83% e aumentando para 88% em 2011, ou seja, ficando 6,3% abaixo da meta do PPA.

A "taxa de conformidade de fertilizantes minerais" foi mais alta que a prevista para o fim do PPA em 2008,quando alcançou 96%, mas caiu para 83% em 2009, voltando a aumentar para 89% em 2010, seguida de nova queda em 2011, quando ficou 11.2% abaixo da meta do PPA. Além da fiscalização, com aplicação das penalidades previstas em lei para a não conformidade, está sendo elaborada legislação que implante o Programa de Boas Práticas de Fabricação, visando a correção de procedimentos inadequados na fabricação de fertilizantes.

O indicador "taxa de conformidade de inoculantes" teve o desempenho mais satisfatório dentre os indicadores desse programa. Praticamente atingiu a meta prevista para o final do PPA no primeiro ano do período, superou-a em 10% e em 9% respectivamente nos dois anos seguintes e em 2011 caiu para 98% da meta. A redução da conformidade dos inoculantes em 2011 em relação a 2010, resultou da

entrada no mercado de produtos novos, com tecnologias diferentes das anteriormente existentes e por isso os produtos ainda estão sofrendo melhorias.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

A ação “Fiscalização de Sementes e Mudas” teve uma importância fundamental na melhoria da qualidade de sementes produzidas e no combate à produção e comercialização irregular de sementes e mudas. O crescimento da utilização de sementes certificadas de soja nos estados da região Sul em 2008 foi surpreendente. Quando comparadas as safras agrícolas de 2003/2004 com a de 2008/2009 nota-se um crescimento de 10% para 40% no Rio Grande do Sul, de 40% para 70% em Santa Catarina e de 60% para 70% no Paraná. A fiscalização ostensiva aos "produtores clandestinos", a celeridade nos atendimentos das denúncias e as ações pró-ativas do setor tem culminado na retirada do mercado de sementes de baixa qualidade, evitando que o produtor tivesse prejuízos decorrentes do uso de sementes de baixa qualidade. Foram realizadas 77.706 fiscalizações no período do PPA a um custo de R$ 26,4 milhões.

Outra ação intensificada foi a “Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes” com 40.610 fiscalizações no período do PPA, com a aplicação de R$ 12,5 milhões.. A fiscalização foi concentrada nos produtos que apresentaram maiores problemas de conformidade e nos Estados em que esses problemas aconteceram com maior frequência.

A “fiscalização de insumos destinados a alimentação animal” também foi uma ação intensificada no período do PPA, especialmente a partir de 2009 com a implantação da exigência de adoção de Boas Práticas de Fabricação – BPF nas empresas produtoras de alimentos e de medicamentos veterinários. A consolidação da adoção de BPF pelas indústrias trouxe como resultados o aumento da qualidade e da

segurança dos insumos em questão. Foram realizadas 18.201 fiscalizações de 2008 a 2011.

A ação “fiscalização de agrotóxicos e afins”, totalizou 4.385 fiscalizações nos quatro anos do PPA. Em 2008 realizou-se a consolidação dos trabalhos da rede de registro de agrotóxicos genéricos, garantindo a redução no custo de produção dos agricultores. Em 2009 mudou o foco da atuação em relação aos agrotóxicos, passando-se a verificar se a composição dos produtos (princípio ativo e demais componentes) estavam de acordo com o registro. Note-se que a concentração de 90% das indústrias de agrotóxicos no estado de São Paulo e o fato de 85% das importações desses produtos ocorrerem pelo porto de Santos fazem desse Estado o mais importante para o exercício da fiscalização desses produtos. A qualificação e o número de fiscalizações frente ao universo amostral foram a tônica da modernização da ação de fiscalização de agrotóxico. A amostra fiscalizada é representativa para atestar a conformidade do setor, quanto aos seus produtos. Trata-se de um insumo de largo uso na agropecuária brasileira e seu controle deve ser uma preocupação permanente do Estado.

Outra ação a ser destacada é a “fiscalização de produtos de uso veterinário”, com a realização de 16.119 fiscalizações. A ação foi realizada em mais de 90% dos estabelecimentos registrados no MAPA, como consequência da concentração da fiscalização nos Estados, onde a utilização dos Insumos é significativa, o que possibilitou um melhor controle da qualidade.

PROGRAMA: Segurança da Sanidade na Agropecuária (0357)

Gerente do Programa
Ênio Antonio Marques Pereira

Gerente Executivo
Ricardo Cavalcanti

Objetivo

Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.

Público-Alvo

Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	254.508.200,00	134.027.753,00	52,66
2009	180.056.000,00	96.075.523,35	53,36
2010	241.644.468,00	98.114.352,75	40,60
2.011	170.264.293,00	129.811.576,70	76,24
TOTAL	846.472.961,00	458.029.205,80	54,11

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Taxa de Incidência da Doença Cancro Cítrico - (%)	0,3	07/2007	0,0		0,2	0,2	0,2
Incidência da Praga Cydia Pomonella - município	3,0	07/2007	0,0		2,0	2,0	1,0
Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação - km² (*)	1.350.462	12/2007	4.944.884	4.944.884	4.944.884	4.942.639	8.419.530

Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação - km² (*)	95.346	12/2007	95.346	95.346	95.346	95.346	95.346
Área com Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – unidade (**)	1.600,0	08/2007	1.561,0	1.537,0	1.530,0	2.871,0	2.700,0
Área Livre de Sigatoka Negra - unidade	2.426,0	06/2009		2.433,0	2.494,0	2.928,0	2.426,0
Incidência Controlada da Mosca da Carambola - municípios	10,0	07/2007	8,0	6,0		16,0	8,0
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina - unidade	0,0	01/2004	95,0	129,0	129,0	970,0	2.500,0
Numero de Ocorrências de Raiva Bovina – unidade	2.454,0	12/2006	1.160,0	1.302,0	1.327,0	959,0	1.800,0
Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca - unidade	0,0	12/2001	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras - %	90,0	12/2002	95,0	94,0	94,0	95,0	95,0

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

(*) Organização Mundial de Sanidade Animal – OIE

(**)As certificações são feitas por núcleos e uma granja pode ter mais de um núcleo

Apenas quatro dos 11 indicadores deixaram de atingir a meta prevista para o final do PPA. A incidência da praga Cydia Pomonella foi um deles. Embora tenha sido dada como erradicada em 2008, reapareceu em 2010 em dois municípios e permaneceu em 2011, acima da meta de apenas um município.

Outro indicador que após avançar além do nível de referência no primeiro ano, permaneceu estável em todo período foi a "área declarada livre de febre aftosa com vacinação". Os estados das regiões Norte e Nordeste não conseguiram alcançar o status de livre de febre aftosa com vacinação.

A “incidência controlada da mosca da carambola” caiu de 10 municípios (índice de referência) para 8 em 2008 e para 6 em 2009, entretanto, subiu para 16 em 2011, o dobro do previsto para o final do PPA.

O indicador “número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina” evoluiu de 95 estabelecimentos em 2008 para 970 em 2011, número bem inferior à meta estipulada para o final do PPA.

Dentre os indicadores que atingiram a meta destacam-se a “área declarada livre de febre aftosa sem vacinação” que se manteve em todo o período e corresponde ao estado de Santa Catarina. Outro indicador bem sucedido foi a “área com plantéis avícolas certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola que ultrapassou a meta do PPA em 6,3%. O indicador “área livre de sigatoka negra” também ultrapassou a meta prevista em quase 21%.

Merece destaque o indicador “número de ocorrências de raiva bovina que atingiu uma redução 53,3% da meta esperada. E a “taxa de conformidade no controle de fronteiras” que se manteve dentro da meta durante todo período.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

As ações na área de sanidade agropecuária não têm um comportamento de resposta imediata às medidas adotadas. Na maioria dos casos a aplicação de controles não se reflete nos sistemas de avaliação na mesma proporção dos seus resultados práticos. A modernização e fortalecimento do sistema de defesa agropecuária garante a segurança e a inocuidade dos alimentos comercializados no mercado interno e a manutenção do país em posição condizente com as novas oportunidades e desafios do comércio internacional, com a abertura e consolidação de novos mercados.

A capacidade do setor agrícola de reagir contra as ameaças contemporâneas de doenças dos animais e pragas dos vegetais é mais complexa e desafiadora agora do que no passado, criando vulnerabilidade ainda maior para o setor e requerendo uma maior consciência dos governantes para apoiar adequadamente as ações sanitárias e fitossanitárias.

Resultados como a solução dos problemas relativos à exportação de carne bovina para a União Européia tiveram andamento efetivo durante o período, o que resultou

em ótima avaliação na última missão da União Européia ao Brasil. Da mesma forma, foram iniciadas as exportações de soja para a Rússia, as negociações para abertura dos mercados coreano, japonês, norte-americano, mexicano, canadense, chinês e indonésio, entre outros.

A aproximação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com órgãos executores nos estados tem permitido o alinhamento de ações e a maior racionalização das atividades, reforçando o papel de coordenação do MAPA com integração e informatização dos controles. A integração de sistemas informatizados iniciada em busca uniformização de informações entre os diversos entes do sistema de defesa agropecuária permitirá aos atores terem informações rápidas e completas e com forte interação entre os diversos elos que compõem o sistema nos níveis federal, estadual e municipal.

Entre as ações de sanidade vegetal desenvolvidas nesse programa no período do PPA, merecem destaque as de “prevenção, controle e erradicação de pragas vegetais” em uma área que evoluiu de 3.153.139 ha em 2008 para 12.854.500 ha em 2011, com a aplicação de R$ 126,3 milhões. A manutenção do sistema de manejo de risco da sigatoka negra propiciou o acesso de quatorze estados brasileiros aos mercados interno e internacional da banana. Outros doze estados foram caracterizados como “área livre de sigatoka negra”.

O estabelecimento de normas para prevenção e controle do “moko-da-bananeira” e para a prevenção e controle da “traça-da-banana” possibilitando a exportação do produto para países que tenham exigências com relação à praga.

A manutenção de áreas livres da mosca das cucurbitáceas nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e de sistema de mitigação de risco da praga nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitou as exportações de cucurbitáceas para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai.

Ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo a erradicação no Município de Bom Jesus – RS permitiram praticamente a eliminação da lagarta da macieira (Cydia pomonella) do País, preservando o agronegócio de maçã que envolve cerca de 50.000 mil empregos diretos. A expectativa é a sua erradicação do país em 2012.

O apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico resultou na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da praga, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras áreas.

A medida preserva também produtores de frutos de todo o país, em especial os Estados da Bahia e de Sergipe, que são os maiores produtores de citros do país, depois de São Paulo, e que não apresentam a ocorrência da praga em seus territórios.

A ação “erradicação da mosca da carambola”, controlando uma área que evoluiu de 252.198.344 ha em 2008 para 811.899.196 ha em 2011, levou à contenção da praga no estado do Amapá, evitando a sua dispersão para outras áreas do país. Na ação foral aplicados R$ 14,1 milhões. O estabelecimento da praga no Brasil levaria a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US$ 150 milhões anuais no setor da fruticultura.

A ocorrência de greening permanece restrita aos Estados de São Paulo e Paraná e aos três focos localizados em Minas Gerais. Intensa campanha de divulgação para erradicação de plantas doentes e utilização de mudas sadias foi realizada. Nova instrução normativa sobre a praga proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço.

A realização de 2.743.069 fiscalizações, com a aplicação de R$ 44,4 milhões, dentro da ação “vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos e insumos”, evitaram que pragas surgidas em uma determinada região migrassem para outras e causassem prejuízos à atividade agrícola. Do mesmo modo, a realização de 4.320.440 fiscalizações a um custo de R$15,7 milhões, dentro da ação “vigilância e fiscalização do trânsito Internacional de vegetais, seus produtos e insumos”, protegeram a agricultura brasileira de inúmeras pragas que poderiam entrar no país trazidas por incautos turistas e causar incalculáveis prejuízos. Três campanhas de educação sanitária junto aos usuários do transporte internacional foram realizadas, com vistas a reduzir o risco de introdução de pragas e doenças pela entrada no país de produtos e insumos agropecuários.

A publicação de 14 instruções normativas com requisitos fitossanitários para importação de produtos vegetais e a harmonização, no âmbito do MERCOSUL, dos requisitos fitossanitários a serem exigidos na importação e exportação de 7 produtos vegetais são exemplos de atividades dentro dessa ação.

Em relação à saúde animal um dos principais registros é de que a febre aftosa não ocorre no país desde abril de 2006, o que corresponde a mais de cinco anos sem nenhum caso da doença no território nacional. O Brasil conta com o reconhecimento internacional, pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, de zona livre de

febre aftosa em dezesseis Unidades da Federação e em parte do território de dois estados brasileiros. As áreas do país ainda não livres de febre aftosa, como os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará são classificados nacionalmente como de risco médio para febre aftosa, o que significa que reúnem as condições básicas para buscar o reconhecimento de área livre da doença. Os estados do Amazonas, Amapá e Roraima ainda necessitam de maior atenção para que avancem no processo de erradicação da febre aftosa. O Ministério vem trabalhando intensivamente em áreas consideradas de maior risco para a febre aftosa, como a região da calha do Rio Amazonas, onde foram realizadas operações de vacinação oficial e o recadastramento das propriedades rurais. Essas operações, iniciadas em 2008, associadas à estruturação do serviço veterinário estadual, mediante liberação de recursos federais por convênio, viabilizarão a obtenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação na região.

Dentro da ação “prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais”, foram atendidas 3.277.170 propriedades durante o período do PPA, com a aplicação de R$ 193,5 milhões. Registraram-se avanços no controle e erradicação da brucelose e tuberculose animal com a ampliação do número de propriedades livres de brucelose e tuberculose bovina.

A encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como doença da vaca louca continua exótica no Brasil. O próximo passo será declarar o Brasil como área de risco negligenciável para essa doença.

Houve incremento das ações de “vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos”, com a realização de 2.743.069 fiscalizações e utilização de recursos da ordem de R$ 44,4 milhões. Houve um grande empenho para a manutenção da zona livre de peste suína clássica, que permanece sem casos da doença desde 1998. A área correspondendo a cerca de 50% do território nacional, onde estão localizados 54% dos estabelecimentos de criação de suínos, 81% do rebanho nacional e 93% das indústrias frigoríficas de suínos.

No âmbito da ação “vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos foram realizadas 1.216.392 fiscalizações e utilizados recursos da ordem de R$ 14,8 milhões. Foram adotadas medidas para atualização e melhoria dos procedimentos de fiscalização das importações e exportações de produtos e insumos agropecuários, com atualização do Manual de Procedimentos

Operacionais do Vigiagro. Foram intensificadas as ações de articulação e integração com os demais órgãos federais que atuam na fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários em portos, aeroportos internacionais e postos de fronteira.

Medidas para simplificação dos procedimentos e garantias de segurança nas importações e exportações de produtos e insumos agropecuários, apresentados à Câmara de Comércio Exterior. Foi também iniciada a implantação do Sistema de Informações Gerenciais de Importação e Exportação do Vigiagro e executadas auditorias técnicas e operacionais nas Unidades do Vigiagro em todo país.

PROGRAMA: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas (0356)

Gerente do Programa
Enio Antonio Marques Pereira

Gerente Executivo
Ricardo Cavalcanti

Objetivo
Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.

Público-Alvo
Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Execução:
Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO

2008	71.084.605,00	65.496.860,00	92,14
2009	91.685.688,00	62.774.535,44	68,47
2010	77.492.789,00	59.449.000,41	76,72
2.011	97.069.825,00	65.775.018,61	67,76
TOTAL	337.332.907,00	253.495.414,46	75,15

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal - número índice	0,74	01/2005	0,73	0,81	0,75	0,82	0,85
Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário – unidade	3.800	08/2003	3.800,0	3.578,0	6.490,0	3.572,0	3.800,0
Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) – unidade	250	08/2003	250,0	229,0	229,0	849,0	300,0
Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários - Índice numérico	0,0	07/2007	0,25	0,36	0,47	0,15	0,70

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

Apenas um dos quatro indicadores desse Programa atingiu e ultrapassou a meta prevista para o final do PPA. Foi o indicador “número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle” que chegou a 283% da

meta em 2011. Os indicadores “índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal” e “número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário” chegaram a 96,4% e 94% da meta para o final do PPA, respectivamente, o que é muito próximo da meta prevista, portanto, satisfatório. O indicador “índice de qualificação da rede nacional de laboratórios agropecuários” teve uma trajetória ascendente até 2010, quando chegou a 67% da meta prevista para o final do PPA, caindo em 2011, para 21,4%. A recuperação do indicador passa pela adequação das instalações da rede de laboratórios às demandas dos usuários, por um aumento da capacidade operacional dessa rede laboratorial com a ampliação de análises realizadas pela rede credenciada; pela implantação de metodologias com respostas analíticas mais rápidas e em maior volume; pela capacitação para monitoramento dos laboratórios credenciados e adequação da rede às normas de qualidade como a ABNT-NBR- ISO/IEC 17025.

Principais resultados alcançados no período 2008-2011

Assegurar a inocuidade e qualidade de alimentos, bebidas e produtos de origem vegetal e animal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor e para a competitividade da agroindústria brasileira tanto no mercado nacional como no mercado externo. Nesse sentido, o Programa desenvolve várias ações para tornar efetivos esses controles.

A ação “controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal” é essencial para dar maior garantia de segurança alimentar aos consumidores. Foram monitorados 18 produtos de origem vegetal que fazem parte da dieta do consumidor brasileiro e também compõem a pauta de exportações do agronegócio. Observe-se que a Missão da Comunidade Européia que esteve no Brasil em novembro de 2009 destacou a robustez e confiabilidade do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, na garantia da inocuidade química dos produtos de origem vegetal. Também foi maior o número de substâncias monitoradas para o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal, especialmente leite e ovos, e no monitoramento e controle dos resíduos de produtos de uso veterinário e de contaminantes em produtos de origem animal, com utilização do conceito da ferramenta análise de risco para otimizar as ações de

gerenciamento e mitigação do risco de ocorrência de resíduos e contaminantes. Além disso, foi feita a identificação geográfica das áreas de origem das ocorrências, para subsidiar ações de educação sanitária. No período de execução do PPA foram realizadas 75.920 análises de produtos animais e vegetais dentro da ação em foco, com a aplicação de R$ 33,7 milhões.

Dentro das ações “funcionamento do sistema laboratorial de apoio animal” e “funcionamento do sistema laboratorial de apoio vegetal” foram realizadas 86.410 e 13.081 análises e aplicados R$123 milhões e R$ 91.9 milhões, respectivamente.

Na ação “inspeção e fiscalização de produtos de origem animal”, foram feitas 13.908 inspeções em estabelecimentos como frigoríficos, abatedouros e outros, em busca da permanente melhoria do controle higiênico-sanitário dos estabelecimentos e da sanidade dos produtos. Na ação foram aplicados R$ 45 milhões, no período.

A ação “inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal” foi feita especificamente em 9.621 estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas, produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, com a aplicação de recursos da ordem de R$ 8,3 milhões. Houve alteração do foco da fiscalização, onde a prioridade foi a aplicação da Lista de Verificação (Port. SDA 272/2010), que demanda mais tempo do Agente Fiscalizador no estabelecimento, porém com eficácia maior.

A ação “padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais” foi executada no sentido de garantir a qualidade dos produtos e os aspectos higiênico-sanitários dos estabelecimentos embaladores, processadores e manipuladores de produtos e subprodutos de valor econômico e que possuam padrões de qualidade e identidade, destinados a alimentação humana. Foram fiscalizadas 39.095 toneladas de produtos, com a aplicação de R$ 14,3 milhões. A ação contribuiu de maneira positiva para o objetivo do Programa.

A ação “fiscalização de atividades com organismos geneticamente modificados” acompanhou e monitorou as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização e importação, envolvendo organismos geneticamente modificados. Foram realizadas 4.527 fiscalizações e aplicados R$ 5,1 milhões.

Outra atividade importante foi a publicação do Decreto nº 6.871 de 4 de junho de 2009 que regulamentou a Lei nº 8.918 de 14 de julho de 1994 que trata da importação de vinhos e derivados e do Decreto nº 6.268 de 22 de novembro de 2007, que regulamentou a classificação obrigatória dos produtos vegetais.

A revisão dos instrumentos legais existentes está em andamento, objetivando a agilização e desburocratização nos processos de registros de produtos, importação de vinhos e bebidas. Foram entregues às 27 unidades descentralizadas do MAPA, o Manual de Procedimentos Padronizados de Fiscalização e está em implantação o Manual de Procedimentos das Auditorias.

Programa: Gestão da Política Agropecuária (0360)

Gerente do Programa
Caio Tibério Dornelles Da Rocha

Gerente Executivo
José Maria dos Anjos

Objetivo
Coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, à sustentação da renda e à competitividade do agronegócio brasileiro

Público-Alvo
Governo Federal

Execução:

Quadro Síntese da Execução financeira: R$

ANOS	PREVISTO	REALIZADO	% DO REALIZADO
2008	50.036.707,00	42.244.267,00	84,43
2009	78.523.918,00	39.419.171,31	50,2

2010	89.202.205,00	52.007.138,74	58,30
2.011	69.322.711,00	39.031.943,47	56,30
TOTAL	287.085.541,00	172.702.520,52	60,16

Indicadores

Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Anual Apurado na Execução do PPA				Índice previsto para o final do PPA (2011)
	Índice	Data de Apuração	2008	2009	2010	2011	
Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional - %	20,0	12/2006	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Índice de Capacitação em Competências – Horas (*)	7,0	12/2005	7,0	22,0	44,0	45,0	70,0
Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA - %	20,0	12/2005	20,0	0,0	0,0	0,0	90,0
Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho - % (**)	5,0	01/2007	5,0	50,0	52,0	52,0	45,0

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica – AGE/MAPA
(*)CGDP / SE e CGRH / SPOA / SE / MAPA
(**)CMI / CGPLAN / SPOA / SE - MAPA

Analisando os indicadores do Programa, pode-se constatar no indicador “grau de alinhamento do entre o planejamento estratégico e o operacional” o pleno atingimento da meta durante os quatro anos do PPA.

O indicador “taxa de melhoria dos processos-chave de trabalho” evoluiu no período, ultrapassando a meta para o final do PPA em 15%.

O “índice de capacitação em competências” evoluiu de 7 horas em 2008 para 45 horas em 2011, o que representa 64% da meta prevista que era de 70 horas.

O “índice de satisfação com a comunicação interna no MAPA” depende de pesquisa que somente foi realizada em 2008 e não foi repetida nos anos seguintes.